

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Efeito do Empreendedorismo no Desemprego em Portugal

Dissertação de Mestrado em Economia

- Versão Final -

Michael João Vicente Monteiro

Orientadora: Prof. Doutora Ana Alexandra Marta Costa
Co-orientadora: Prof. Doutora Sofia Helena Gouveia

MESTRADO DE ECONOMIA



VILA REAL, 2014

Efeito do Empreendedorismo no Desemprego em Portugal

- Versão Final-

Dissertação de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Economia, sob a orientação da Professora Doutora Ana Alexandra Marta Costa e coorientação da Professora Doutora Sofia Helena Gouveia, apresentada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Agradecimentos

Não seria possível finalizar este trabalho sem deixar de agradecer a todas as pessoas que me acompanharam ao longo deste caminho.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Alexandra Marta Costa, e coorientadora, Professora Doutora Sofia Helena Gouveia, por todo o apoio prestado, os conselhos preciosos e pela disponibilidade demonstrada, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Ao Professor Doutor João Fernandes Rebelo pela disponibilidade que mostrou no esclarecimento de dúvidas.

Um especial obrigado aos meus pais, António e Rita, que sempre me deram força e motivação para finalizar esta etapa da vida e a quem devo tudo. A minha namorada, Delfina, que sempre esteve ao meu lado, dando-me sempre motivação e incentivo para a finalizar.

A todos um grande e sincero Obrigado!

Resumo

O presente estudo investiga a relação entre o empreendedorismo, medido pelo autoemprego, e a taxa de desemprego. Teoricamente, dois efeitos são identificados na literatura especializada. Por um lado, taxas elevadas de desemprego podem ser um incentivo para iniciar-se uma atividade independente (o efeito “refúgio”). Outro efeito poderá ser consequência das taxas elevadas de autoemprego que podem indicar um aumento da atividade empreendedora e causar uma redução do desemprego em períodos subsequentes (o efeito “Schumpeter” ou “empreendedor”). Enquanto, a primeira visão sugere uma relação positiva entre empreendedorismo e desemprego, a segunda visão aponta para uma relação negativa entre ambos.

Este estudo utiliza um modelo já utilizado por Audretsch *et al.* (2001), tendo por base os dados anuais em série temporal, para Portugal, no período de 1982 a 2012.

Verificou-se que o tecido empresarial português é constituído por muitas pequenas e microempresas e os resultados empíricos confirmam a existência de duas relações distintas entre o empreendedorismo e o desemprego: os efeitos "refúgio" e "Schumpeter". Porém, no presente estudo, o segundo efeito é efetivamente verificado de forma mais significativa para um desfasamento temporal de 4 anos. O empreendedorismo tem um efeito negativo sobre a taxa de desemprego, mas o ambiente socioeconómico e o tipo de empreendedorismo existente são apontados como causas dos valores assimétricos registados pelo modelo. As empresas criadas em Portugal surgem de um empreendedorismo de “subsistência” ou “necessidade” que não visa diretamente o crescimento.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Desemprego, Autoemprego, Portugal.

Abstract

The present study investigates the relationship between the entrepreneurship, gauged by self-employment, and unemployment rate. In theory, it identifies two effects in specialized literature. On the one hand, the high unemployment rates may be a motivation to start up an independent activity (the “shelter” effect). On the other hand, another consequence may be a result of self-employment high rates that can demonstrate increased entrepreneurial activity, and cause an unemployment decrease in the upcoming periods (the “Schumpeter” effect or “entrepreneur”). As the first point-of-view suggests a positive relationship between entrepreneurship and unemployment, the second one points to a negative relationship between them.

This study employs a model already used by Audretsch *et al.* (2001), based on the time series annual data for Portugal, from 1982 to 2012.

It was found that the Portuguese business sector is made up of many small and micro-enterprises, and the empirical outcomes confirm the existence of two diverse relationships in between entrepreneurship and unemployment: the “shelter” effects and the “Schumpeter” effects. However, in this study, the second effect is actually observed more significantly for a 4 years’ time lag.

Entrepreneurship has a negative effect on the unemployment rate, but the socio-economic environment and the type of the ongoing entrepreneurship are assumed as the causes of the asymmetric values verified by the model. The companies established in Portugal emerge from entrepreneurship of “survival” or “need” that do not directly aims at growth.

Keywords: Entrepreneurship, Unemployment, Self-employment, Portugal.

Índice

Lista de Figuras	VIII
Lista de Quadros	X
Lista de Abreviaturas	XI
Capítulo I - Introdução	1
1.1 Enquadramento do problema.....	1
1.2 Objetivos.....	2
1.3 Metodologia.....	3
1.4 Organização do Trabalho.....	4
Capítulo II – Desemprego em Portugal	5
2.1 Evolução da economia portuguesa.....	5
2.2 A evolução do Desemprego em Portugal.....	13
2.2.1 Taxa de Desemprego por regiões.....	16
2.2.2 Caracterização da população desempregada.....	19
2.2.3 Causas do desemprego em Portugal.....	24
Capítulo 3 - Empreendedorismo em Portugal	27
3.1 Evolução do Conceito de empreendedorismo.....	27
3.2 Evolução do Empreendedorismo em Portugal.....	30
3.2.1 Empreendedores em Portugal.....	33
3.3 Ensino do Empreendedorismo em Portugal.....	38
3.4 Caraterísticas do empreendedor.....	40
3.4.1 Motivação para empreender.....	42
Capítulo IV – Efeito do Empreendedorismo no Desemprego	45
4.1 Revisão bibliográfica sobre o tema.....	45
4.2 Apresentação do modelo utilizado.....	55
4.3 Resultados da Aplicação do Modelo.....	58
4.3.1 Análise dos Resíduos.....	62
4.4 Discussão de Resultados.....	64
Capítulo V – Conclusões	67
Referências Bibliograficas	70

Anexos	79
Anexo 1 – Balança Conta Corrente, Portugal 1996-2012.....	79
Anexo 2 – Taxa de Juro do Crédito Habitação, 2003-2012.....	80
Anexo 3 – Dados utilizados na Estimação Econométrica.....	81
Anexo 4 – Resultados da Estimação Econométrica.....	83

Lista de Figuras

Figura 1 – Taxa de crescimento do PIB a preços constantes, em Portugal, entre 1980 e 2012 (em %)	10
Figura 2 – Dívida Pública portuguesa, em percentagem do PIB, entre 1991 e 2012	11
Figura 3 – Taxa de Emprego Total em Portugal, entre 1983 e 2012 (em %)	14
Figura 4 – Taxa de Desemprego Total em Portugal, entre 1983 e 2012 (em %)	15
Figura 5 – Taxa de desemprego por Regiões portuguesas (NUTS II), em 1981 e 2011 (em %)	16
Figura 6 – Taxa de desemprego por NUTS II portuguesa, em 1981, 2001 e 2011 (em %)	17
Figura 7 – Taxa de desemprego por género, em Portugal, entre 1990 e 2012 (em %)	19
Figura 8 – População empregada feminina por setor de atividade, em Portugal, entre 1974 e 2012 (em milhares)	20
Figura 9 – Taxa de desemprego por grupos etários, em Portugal, entre 1990 e 2012 (em %)	21
Figura 10 – Número de trabalhadores por setor de atividade, em Portugal, entre 1990 e 2012	22
Figura 11 – População Empregada versus População Total, em Portugal, entre 1990 a 2012 (em milhares)	25
Figura 12 – População Empregada Total versus População Empregada por conta própria, em Portugal, entre 1980 e 2012 (em milhões)	33
Figura 13 – Número de trabalhadores por conta própria, em Portugal, entre 1980 e 2012 (em milhares)	34

Figura 14 – Número de trabalhadores por conta própria por género, em Portugal, entre 1980 e 2012 (em milhares)	35
Figura 15 – Trabalhadores por conta própria por nível de escolaridade completado, em Portugal, entre 1998 e 2012 (em milhares)	35
Figura 16 – Trabalhadores por conta própria em percentagem da População Empregada, em Portugal, entre 1981 e 2011	36
Figura 17 – Trabalhadores por conta própria por setor de atividade, em percentagem, em Portugal	37
Figura 18 – Razões para a desistência de algum negócio, em Portugal (em %)	44
Figura 19 – Resíduos do modelo (1) para o período de 1998-2012	62
Figura 20 – Valores observados versus valores previstos pelo modelo (1), para período de 1988-2012, em Portugal	63

Lista de Quadros

Quadro 1 – Níveis de escolaridade da população Ativa, em Portugal, entre 2000 e 2012 (em %)	9
Quadro 2 – Índice global do GEDI, para países orientados para a inovação, em 2010	30
Quadro 3 – Número de cursos de Empreendedorismo nos diferentes tipos de ensino em Portugal, em 2012	39
Quadro 4 – Características dos Empreendedores	41
Quadro 5 – Principais Estudos empíricos sobre a temática	53
Quadro 6 – Resultados da Estimação (Equação 1)	58
Quadro 7 – Resultados da Estimação (Equação 2)	61

Lista de Abreviaturas

CEE	Comunidade Económica Europeia
COMPENDIA	<i>Comparative Entrepreneurship Data for International Analysis</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
GRETL	<i>Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
MQP	Mínimos Quadrados Ponderados
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPEP	Organização dos Países produtores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
UEM	União Europeia e Monetária

Capítulo I - Introdução

1.1 Enquadramento do problema

Nos últimos anos, a economia nacional e europeia tem sofrido múltiplas crises e choques que dificultam o crescimento das economias. Recentemente, as consequências de uma dura crise financeira, iniciada em 2008, têm levado ao aumento consecutivo da taxa de desemprego, em Portugal, atingindo este indicador valores históricos. Perante a realidade do mercado de trabalho atual, caracterizado por uma forte carência de empregos, o empreendedorismo aparece como uma possível solução. Os indivíduos em situação de desemprego poderão orientar-se para o autoemprego e a criação de empresas que proporcionam constituir uma alternativa à situação indesejada de desemprego.

O empreendedorismo tem ganho importância e é apontado como um gerador de melhorias na competitividade dos mercados e crescimento dos países (Gaspar, 2007). Os poderes políticos têm reconhecido no empreendedorismo uma grande utilidade para poder dar resposta à inatividade da mão-de-obra desempregada (Portela *et al.*, 2008). Nos últimos anos, o ensino superior tem revelado interesse para esta matéria, introduzindo nomeadamente cursos direcionados para o empreendedorismo, o que reflete um aspeto positivo na educação e formação para estas áreas.

Torna-se importante estudar este conceito e relacioná-lo com os grandes problemas económicos e sociais, como o desemprego. Tendo em conta que o empreendedorismo poderá ter um efeito sobre o desemprego, o presente estudo propõe-se identificar as relações que possam existir entre ambos os temas. Caso estas sejam reveladas, perspetiva-se ser possível entender de que forma o empreendedorismo pode ajudar a diminuir as taxas de desemprego no nosso país. Para tal, Portugal foi escolhido como objeto de estudo, para o período de 1980 até 2012.

1.2 Objetivos

Seguindo a ótica do tema apresentado e atendendo às questões que podem ser colocadas sobre a relação entre o empreendedorismo e o desemprego, define-se como objetivo principal deste trabalho identificar a relação entre estas duas variáveis, tomando Portugal como área de estudo.

Aponta-se como principal finalidade que sejam analisados os possíveis efeitos que possam existir entre os conceitos em análise no caso de Portugal. O conceito de empreendedorismo, em si, subentende um efeito benéfico, como indica Sarkar (2007: 30): *“A promoção do empreendedorismo e inovação será uma das soluções apontadas para combater a taxa de desemprego em Portugal, encarando-se atualmente não como uma opção, mas como uma necessidade primordial”*. Na mesma linha de pensamentos, o Presidente da República exprime a ideia que *“a cultura do empreendedorismo deve ser vista no nosso país como um verdadeiro desígnio nacional pelo contributo que pode dar para combater o desemprego entre os jovens”* (Silva, 2011).

De forma a tornar o estudo mais completo e elucidativo são, igualmente, objetivos deste estudo os seguintes pontos:

1. Caracterização da taxa de desemprego e a sua evolução entre 1980 e 2012, destacando-se:
 - a. Regiões portuguesas onde se concentram a maior taxa de desemprego e as razões de tais valores;
 - b. Caracterização da população desempregada;
 - c. As causas do aumento do desemprego.
2. Caracterização do Empreendedorismo e a sua evolução entre 1980 e 2012, nomeadamente:
 - a. Identificação das regiões portuguesas onde existe o maior número de trabalhadores por conta própria;
 - b. Identificação do tipo de empresas que são criadas e qual o setor predominante;
3. Identificação das características dos empreendedores.

1.3 Metodologia

Portugal é tomado como objeto de estudo, sendo o período de análise o intervalo entre 1980 a 2012, para uma visão alargada da evolução do desemprego bem como do fenómeno de empreendedorismo. Na análise da evolução da economia, do desemprego e do empreendedorismo foram utilizados dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE) para os quais são apresentados gráficos que facilitam as suas interpretações e representam visualmente a evolução do empreendedorismo e do desemprego.

Ao longo da análise da temática são apresentados conceitos retirados de uma recolha intensa e atualizada de literatura da especialidade. A revisão bibliográfica pretende enquadrar os diferentes conceitos, apresentar as relações que existem entre eles e fazer um levantamento das metodologias e resultados já existentes, obtidos por outros autores acerca da temática apresentada.

Para a análise dos dados estatísticos e da informação recolhida a partir da revisão bibliográfica são aplicados os conhecimentos adquiridos e acumulados oriundos dos trabalhos consultados sobre a temática em estudo.

Na parte empírica deste trabalho é realizada uma análise econométrica efetuada sobre dados anuais, em série temporal, relativos a Portugal, durante o período de 1980 e 2012, através do modelo utilizado por Baptista & Thurik (2007). Esta metodologia, utilizada em estudos semelhantes encontrados na literatura consultada, apresenta-se posteriormente, no ponto 4.2 deste estudo. Através deste modelo tentar-se-á identificar a existência de qualquer efeito que o empreendedorismo possa ter sobre a taxa de desemprego, bem como o efeito inverso.

Os dados são analisados através do programa Gretl, versão 1.9.6., que estima e interpreta a base de dados criada para o período em análise. Os resultados econométricos obtidos são posteriormente interpretados, no contexto português.

1.4 Organização do Trabalho

A presente investigação encontra-se dividida em cinco capítulos: introdução, desemprego, empreendedorismo, efeito do empreendedorismo no desemprego e conclusões.

Na parte inicial do estudo, o Capítulo I integra uma explicação para a escolha do tema, bem como a sua relevância na realidade económica atual. São ainda indicados os objetivos principais e secundários que o estudo visa atender. É igualmente feita uma breve apresentação da metodologia e dos dados utilizados para dar resposta aos objetivos fixados.

O Capítulo II parte de uma análise da economia portuguesa e dos choques que afetaram a sua evolução. Numa fase seguinte, é feita uma análise estatística focalizada nas evoluções do desemprego e do empreendedorismo e procuradas justificações, tanto económicas como sociais, com ênfase para o período de 1980 a 2012.

O Capítulo III aborda o conceito de empreendedorismo e apresenta a sua evolução nas últimas duas décadas. Faz referência à sua incorporação no ensino, principalmente no ensino superior e caracteriza o empreendedor, bem como apresenta as suas motivações para empreender.

O Capítulo IV pode ser dividido em duas fases. A primeira fase aborda a relação entre empreendedorismo e desemprego, através de uma revisão bibliográfica teórica e empírica sobre a temática. Numa segunda fase, é realizada uma análise econométrica dos dados estatísticos utilizando o modelo selecionado neste estudo.

Por fim, o Capítulo V sintetiza os resultados obtidos, relacionando-os com os diferentes objetivos propostos e identifica as principais conclusões alcançadas com base no estudo efetuado.

Capítulo II – Desemprego em Portugal

Neste capítulo efetua-se uma análise à evolução da economia portuguesa, nas últimas quatro décadas. Posteriormente, analisa-se a evolução do desemprego em Portugal e caracteriza-se a população desempregada tendo em atenção aspetos como o género, a faixa etária e o nível de escolaridade. Na parte final do capítulo pretende-se destacar as causas potenciais para o desemprego.

2.1 Evolução da economia portuguesa

Para efetuar uma análise mais completa da evolução da economia portuguesa é necessário recuar cerca de 40 anos para perceber os choques e crises que se fazem sentir na conjuntura atual. É possível considerar dois grandes choques, anteriores ao período de análise deste trabalho, com um efeito significativo no crescimento económico do país, bem como na taxa de desemprego e na taxa de criação de empresas. Os choques em questão são: a crise petrolífera de 1972-1973, seguida da revolução de 1974 e a entrada de Portugal na União Europeia (UE), em 1986.

No período anterior à revolução de 1974, Portugal tinha um mercado externo muito focado sobre as suas colónias africanas de Angola, Moçambique e Guiné que viviam sobre o regime único mandatado por Lisboa. A partir de 1960, Portugal teve de enfrentar guerras coloniais, devido à vontade de independência das colónias, causando uma grande debilidade na mão-de-obra nacional, devido à necessidade de recrutar um grande número de soldados nas várias frentes de combate.

Durante o período 1960-1972, o comércio externo realizou-se também com os principais parceiros europeus, Reino Unido por exemplo. Neste período, o desemprego era muito baixo devido à mobilização militar e ao aumento acentuado de emigração. Esta diminuição da força de trabalho, em conjunto com o crescimento económico, fez diminuir a taxa de desemprego, atingindo valores muito baixos. A taxa de posse do seu próprio negócio, em 1972, era relativamente elevada em relação ao resto da Europa, cerca de 11,3% da população empregada (van Stel, 2003). Apenas a Grécia e Itália verificavam uma posse de negócios mais elevada com 16,1% e 14,3%, respetivamente.

Em 1972-1973, o aumento do preço do petróleo desencadeado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹ teve como resultado o aumento dos custos de produção. Como consequência, houve uma desaceleração do crescimento económico, abrandando as exportações e diminuindo o emprego. Estes efeitos foram sentidos não só em Portugal, mas no conjunto dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Em 25 de Abril de 1974, deu-se a revolução liderada por oficiais do exército que libertou o país do regime ditatorial do Estado Novo que iniciou um processo visando a implantação de um regime democrático. Após este golpe militar, as colónias africanas tornam-se definitivamente independentes.

Pouco após a revolução dos cravos, Portugal foi sujeito a duas intervenções por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1977-1978 e em 1982-1983. O défice das contas públicas foi a principal causa para a necessidade de uma ajuda do FMI. Devido aos choques externos, a economia portuguesa cresceu de uma forma lenta e suportando graves períodos de recessão. As intervenções do Estado foram essenciais para que a situação não piorasse. O governo prestou apoio às empresas nacionais que enfrentavam problemas financeiros e, desta forma, juntamente com as alterações na lei do despedimento, o governo conseguiu ver diminuído o impacto negativo na taxa de desemprego. Para além destas medidas, houve ainda um aumento significativo nos postos de trabalho no setor público. Neste ambiente de instabilidade económica, o autoemprego e a criação do seu próprio negócio torna-se uma possibilidade mais atrativa do que a busca de emprego numa economia que atravessa graves dificuldades. Em contrabalanço, as políticas de proteção do emprego e o aumento do setor público constituíram um efeito contrário, diminuindo a posse de negócio próprio.

A evolução da economia portuguesa nas últimas décadas não pode ser dissociada dos processos de integração na UE e na União Económica e Monetária (UEM). Em 1 de janeiro de 1986, Portugal aderiu à UE, em conjunto com a vizinha Espanha. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) foi uma das consequências do 25 de abril de 1974

¹ A OPEP é uma organização internacional criada em 1960, na Conferência de Bagdad, que tem por objetivo a gestão centralizada da política petrolífera dos países membros, bem como combater a quebras no preço do crude. (Fonte: http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm)

que provocou alterações no país, tanto nos aspetos económicos bem como a nível político e social.

Com a adesão, Portugal focou-se nas políticas de desenvolvimento socioeconómico e nas políticas de coesão. Entre os anos de 1986 e 1991, verificou-se um período de transição durante o qual o nível de desenvolvimento nacional foi inferior ao dos outros estados membros. Seria então necessário que Portugal desfizesse essa desigualdade. Para esse objetivo foram criados fundos estruturais que disponibilizaram meios financeiros para a modernização do setor produtivo. Durante este período, houve um consenso em volta do facto que as empresas de maior tamanho seriam as que fomentariam competitividade no mercado da UE e, dessa forma, investiu-se no aumento da capacidade produtiva das empresas.

No início do ano de 1990, verificou-se que os financiamentos da UE, em conjunto com a livre circulação de bens e pessoas e uma era de privatizações tiveram um efeito positivo no aumento de negócios próprio. Este efeito empreendedor e o grande investimento para aumentar as infraestruturas e a capacidade produtiva trouxeram uma redução significativa da taxa de desemprego. Em 1985, antes da entrada na UE, a taxa de desemprego em Portugal era de 8,3% e, passado apenas 6 anos, em 1991, a taxa desceu para 4,1%, ou seja, uma redução de cerca de metade (Pordata, 2013). Apesar da evolução positiva da economia portuguesa, neste período, ela situava-se ainda longe do nível de desenvolvimento dos outros estados membros (Banco de Portugal, 2009).

Até 1998, registaram-se taxas elevadas de crescimento e de convergência do rendimento português para os níveis de rendimento dos estados membros mais ricos. Em 1999, deu-se a entrada no euro e seguiu-se um período de baixas taxas de crescimento e um aumento das divergências económicas entre os países da UE. Esta adesão ao Euro foi dos acontecimentos mais importantes das últimas décadas da economia portuguesa, pois, desde então, a taxa de câmbio foi fixada de forma irrevogável para os estados aderente à UEM, perdendo-se assim um instrumento de correção de possíveis desequilíbrios externos, bem como a possibilidade de utilizar a política monetária de forma a proteger a economia portuguesa dos efeitos negativos de choques externos. Autores como Lopes (2008) e Amaral (2006) salientam a importância da taxa de câmbio como instrumento de política económica. A sua perda é indicada como uma causa da perda de competitividade da economia portuguesa no período que se seguiu à adesão ao euro.

Na primeira década do século XXI, a economia portuguesa estagnou. A intensificação do processo de globalização tomou um papel fundamental neste período, com novos participantes (países) no comércio mundial, com custos salariais reduzidos e, em alguns casos, com grande disponibilidade de capital humano. Com o fim das quotas impostas pela UE à importação de alguns bens, nomeadamente vindos da China, o comércio internacional tornou-se muito mais competitivo, devido aos baixos preços praticados, deixando Portugal numa posição enfraquecida.

Neste período, Portugal revelou fragilidades designadamente ao nível do capital humano na sua maioria pouco qualificado. A mão-de-obra, em particular aquela que apresenta baixo nível educacional constitui uma limitação à inovação e progresso técnico que é baseado fundamentalmente na utilização de capital humano qualificado (Banco de Portugal, 2009). Em 2000, a população ativa com uma formação superior era de apenas 9,33%, uma década depois esse valor aumentou para 19,48%, registando-se um aumento de cerca de 10 pontos percentuais (Quadro nº 1). Também é notório um aumento na mesma ordem para o nível secundário. Pelo contrário, a população ativa apenas com ensino básico ou mesmo sem qualquer formação verifica uma diminuição (Quadro nº 1). Uma causa para esta evolução positiva da qualificação da população portuguesa deve-se a iniciativas políticas, como a criação do programa “Novas Oportunidades” desenvolvido em 2005 pelo Estado. Esta iniciativa teve como finalidade dar um forte impulso à qualificação dos portugueses e permitir aos adultos recuperar, completar e progredir nos seus estudos (Guimarães, 2009).

Em 2012, deu entrada em vigor o Decreto-Lei n.º 176/2012 que aprova o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, sendo agora necessário concluir o 12º ano de escolaridade. Um dos objetivos principais desta medida visa melhorar os níveis de educação e desempenho.

Quadro 1: Níveis de escolaridade da população ativa, em Portugal, entre 2000 e 2012(em %)

Ano	Nível de escolaridade			
	Nenhum	Básico	Secundário	Superior
2000	9,04	69,60	12,03	9,33
2001	8,66	69,27	12,38	9,70
2002	7,95	69,61	12,58	9,86
2003	7,42	68,09	13,18	11,31
2004	6,10	67,22	13,67	13,01
2005	5,69	66,56	14,53	13,22
2006	5,28	65,88	15,20	13,65
2007	5,13	65,72	15,05	14,10
2008	4,76	65,13	15,28	14,83
2009	4,14	63,72	16,83	15,31
2010	3,94	61,78	18,26	16,01
2011	3,74	57,99	20,21	18,07
2012	3,28	55,59	21,65	19,48

Fonte: INE (2013)

As fragilidades identificadas anteriormente contribuíram, em conjunto, para diminuir a eficiência e a competitividade portuguesa, no contexto internacional. O fraco desempenho da economia nacional terá sido causado, principalmente, pela adoção de políticas económicas inadequadas à realidade da economia portuguesa. Blanchard (2007) faz referência, por exemplo, à aplicação errada da política fiscal e da política orçamental por parte do Governo Português. Porém, os fatores responsáveis pelo fraco desempenho da economia e pelo crescente endividamento externos são complexos. Como indicam Mamede *et al.* (2013), é necessário ter em consideração dois elementos importantes para compreender a evolução registada. “A economia portuguesa é caracterizada por fragilidades estruturais persistentes, como as reduzidas qualificações da população ativa, a posição geográfica periférica do país face aos principais mercados europeus e um perfil de especialização produtiva assente em indústrias de baixo valor acrescentado, muito expostas à concorrência internacional e com uma procura internacional pouco promissora” (Mamede *et al.*, 2013). Estas fraquezas em conjunto com as transformações impostas pela integração europeia permitem compreender melhor as origens da situação económica recentemente registada.

Durante os primeiros anos na UEM, Portugal registou um baixo nível de desemprego o que provocou um crescimento dos salários nominais de uma forma substancialmente superior ao crescimento da produtividade do trabalho. O crescimento dos salários em conjunto com a diminuição da competitividade, agravaram o défice da balança corrente (Pinho, 2010). Em 1996, o défice era de 3 783,164 milhões e aumentou até 2008, atingindo o

extremo de 21 735,992 milhões de euros negativos. Em 2012, a balança corrente melhorou drasticamente para o valor de menos 2 557,014 milhões de euros (Anexo nº1).

Pode ser apontada como causa de mau desempenho da economia portuguesa a perda de instrumentos de política económica consequência da participação na criação da moeda única europeia. Com a entrada na UEM, Portugal deixou de ter uma política monetária e cambial autónoma. Posteriormente, o fruto da falta deste instrumento de política tem sido argumento para a má gestão da política orçamental pós integração, promovida pelo governo português (Amaral, 2006).

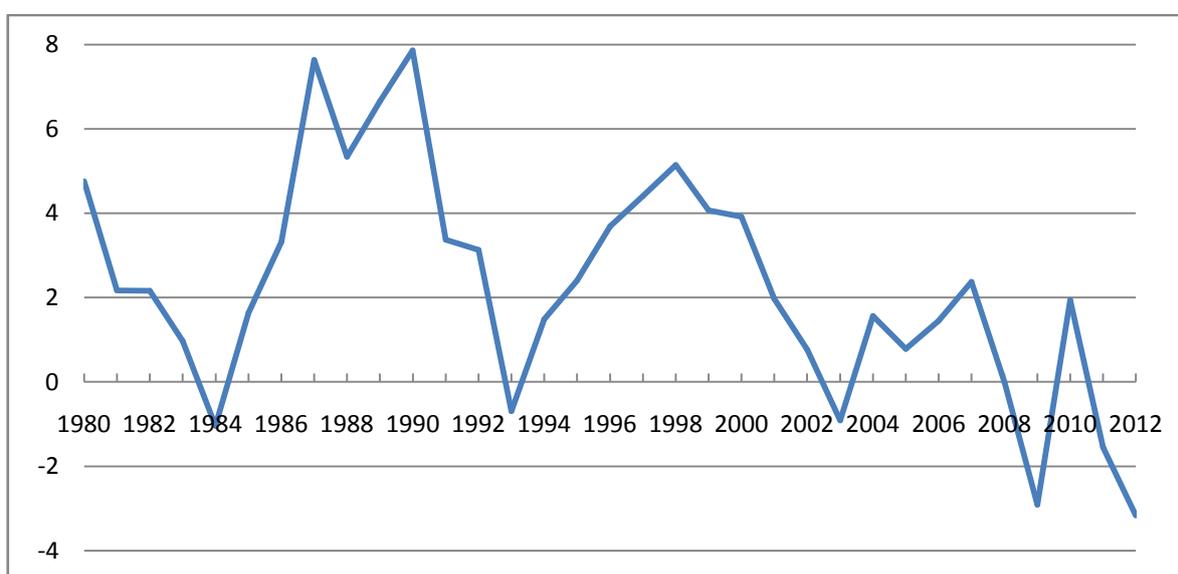


Figura 1. Taxa de crescimento do PIB a preços constantes, em Portugal, entre 1980 e 2012 (em %)

Fonte: INE (2012).

A Figura 1 apresenta as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no período compreendido entre 1980 e 2012. Desde a entrada na UE, verificam-se consecutivos períodos de expansão e recessão. Os abrandamentos do crescimento do PIB verificam-se nomeadamente nos anos de 1993, 2003, 2009, 2011 e 2012. O período de grande recessão da zona Euro foi registado após a crise financeira e económica internacional de 2008. A diminuição também se refletiu no PIB nacional, que em 2009 apresentou crescimento negativo de 2,91% (Figura 1).

A evolução da economia portuguesa durante a primeira década do século XXI caracteriza-se, essencialmente, por um fraco crescimento, acumulação de dificuldades e desequilíbrios externos e internos. O aumento continuado da taxa de desemprego (inferior a 4% em 2000, atingindo 15,6% em 2012) constitui, provavelmente, o elemento principal da

degradação da economia portuguesa e do agravamento das dificuldades sociais (Mateus, 2010). O financiamento externo foi também limitado, piorando o desequilíbrio das contas públicas, e a dívida soberana tornou-se excessiva ultrapassando 100% do PIB, a partir de 2010 (Figura 2). O crescimento do PIB sofre também uma descida nos dois anos imediatamente consecutivos (ver Figura 1).

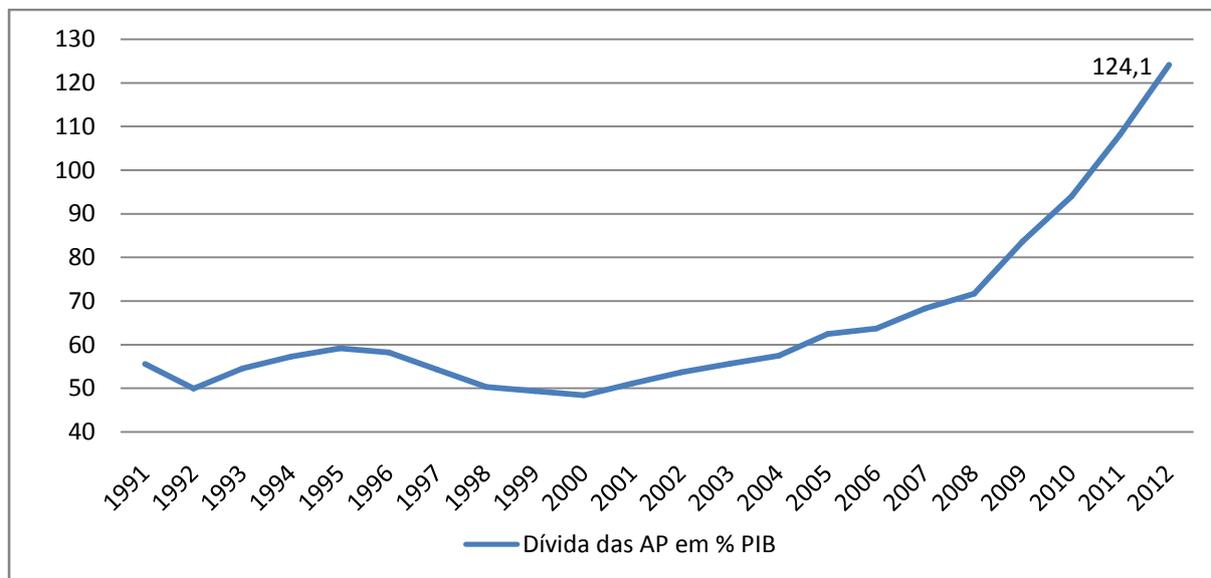


Figura 2. Dívida Pública portuguesa, em percentagem do PIB, entre 1991 e 2012

Fonte: INE (2012).

No entanto, o défice do Estado e a dívida pública não constam entre os mais elevados do mundo, devido ao esforço de Portugal em reduzir o seu défice orçamental (Amaral, 2010).

Com a crise financeira, a maioria das economias mundiais, inclusive a economia portuguesa, tornaram-se vulneráveis e enfraquecidas. Os bancos quer públicos quer privados reduziram e dificultaram o acesso ao crédito o que afetou o nível de vida da população. No caso do crédito à habitação, a taxa de juro disparou em 2008 atingindo valores superiores aos 5%, em 2012 ronda os 3,8% (Anexo nº2). Com o setor bancário fortemente dependente de financiamento externo e com a diminuição da possibilidade de financiamento pelo mercado internacional, Portugal tornou-se dependente do financiamento por parte da UE e do FMI.

O Governo português pediu oficialmente assistência financeira à Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), no dia 7 de Abril de 2011. A ajuda prestada destina-se à aplicação de um programa de políticas que permita o regresso da economia portuguesa a padrões de crescimento sustentável, preservando a sua estabilidade financeira mas também tem o objetivo de restaurar a confiança dos mercados financeiros em Portugal. De facto, durante o ano de 2011, Portugal foi sujeito a

desvalorizações sucessivas da sua cotação nos mercados financeiros por parte das agências de Rating, o que originou incapacidade do país em se refinar com taxas de juro sustentáveis.

O programa de ajustamento imposto pelo FMI obrigou Portugal a realizar reformas substanciais na regulamentação fiscal e laboral, bem como remodelações nos serviços públicos e ajustes políticos e económicos que, apesar dos custos sociais no curto prazo, são vantajosos para a economia no médio e longo prazo. Segundo a oitava e nona avaliação do FMI, BCE e CE, designados como Troika, a Comissão Europeia declarou o cumprimento das metas impostas, por Portugal, e registou os primeiros sinais de recuperação da atividade económica. No entanto, o país continuará a enfrentar dificuldades durante os próximos anos, nomeadamente o aumento da taxa de desemprego que tem disparado desde o início da assistência financeira, mas que se prevê manter abaixo dos 18% (Comissão Europeia, 2013).

2.2 Evolução do Desemprego em Portugal

Este subponto procura caracterizar a evolução da taxa de desemprego em Portugal, ao longo das últimas duas décadas. Para tal é necessário esclarecer alguns conceitos.

Numa perspetiva económica, o emprego apresenta um comportamento pro-cíclico e o desemprego apresenta um comportamento contra cíclico. Isto significa que quando a economia de um país está numa fase ascendente o emprego aumenta, por sua vez o comportamento do desemprego é contrário ao ciclo da economia. Se uma economia se encontrar numa fase de recessão, o desemprego não irá diminuir mas sim aumentar.

O desemprego pode ser de três tipos distintos (Santos, 2008):

1. O desemprego de transição ou flutuante, que surge devido ao problema causado pela mobilidade da mão-de-obra na procura de emprego. Este desemprego acontece quando uma pessoa deixa o seu emprego e visa encontrar outro. Na generalidade, mesmo que exista um lugar para essa pessoa, este processo leva algum tempo. Isto conduz a que um determinado número de pessoas se encontrem desempregadas.

2. O desemprego conjuntural, causado pelas oscilações da atividade económica no curto prazo. Este tipo de desemprego acompanha a conjuntura económica, ou seja, em períodos de crescimento, o desemprego diminui e o oposto acontece em períodos de recessão.

3. O desemprego estrutural, acontece quando não é possível a criação de empregos para fazer face ao aumento da sua procura. Isto é, existe um desequilíbrio entre a oferta e procura de emprego, havendo uma insuficiência de postos de trabalho. Este tipo de desemprego mantém-se enquanto a economia mantiver as suas características estruturais.

O desemprego é um fenómeno complexo no qual muitos fatores intervêm. O mercado de trabalho em Portugal tem sofrido grandes alterações nas últimas décadas. O mercado era caracterizado pela reduzida taxa de desemprego e pela crescente taxa de emprego, entre a décadas de 80 e 90 do século passado, facto este que se foi alterando desde o ano 2000, com uma taxa de desemprego crescente e um declínio da taxa de emprego (Figura 3). Em 1991, a taxa de emprego era de 60,7% da população em idade ativa, após duas décadas esta taxa desceu para 51,8% (2012). Este declínio representa uma diminuição de cerca de 222.000 indivíduos empregados.

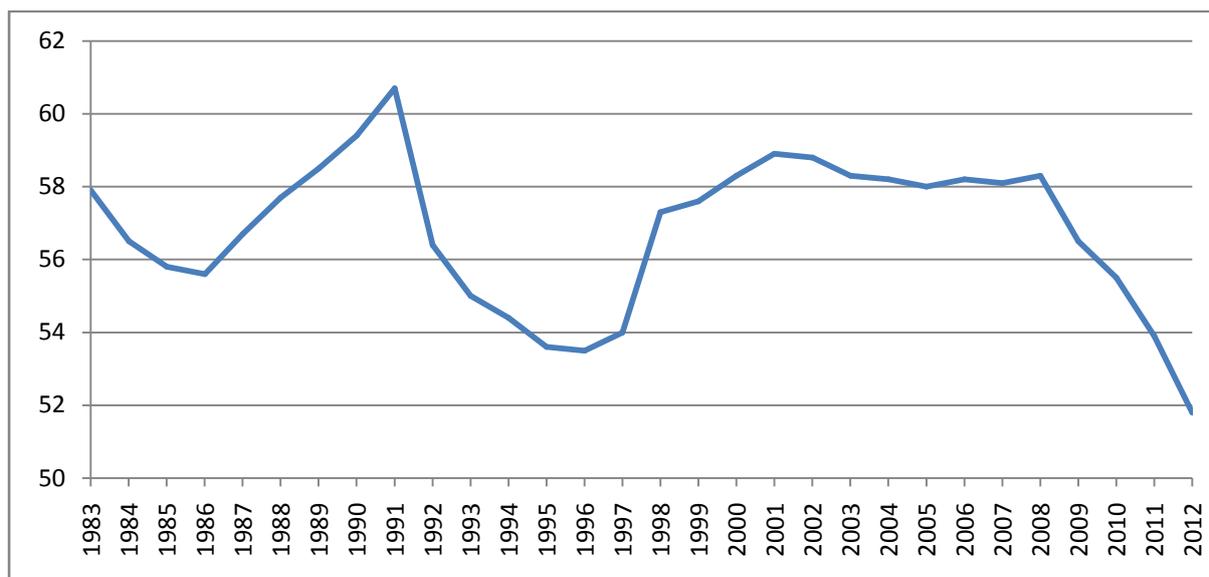


Figura 3. Taxa de Emprego Total em Portugal, entre 1983 e 2012 (em %)

Fonte: Pordata (2013).

Segundo o relatório do Banco de Portugal *et al.* (2012), após o ano 2000, o desemprego apresentou características sobretudo estruturais. A redução do emprego foi principalmente causada pela diminuição da atividade económica nacional, esta causada pelas crises económicas internacionais.

A taxa de desemprego estrutural é causada particularmente pelo facto da mão-de-obra disponível não possuir as competências que o mercado procura. A população desempregada necessita de tempo para se ajustar às necessidades do mercado de trabalho. Desta forma, o desemprego estrutural pode manter-se durante longos períodos de tempo. Após a taxa de desemprego estrutural ter estabilizado, na década de 90, em torno dos 5,5%, ela registou uma duplicação em apenas uma década, estimando-se que, em 2011, tenha atingido os 11,8% (Banco de Portugal *et al.*, 2012). Este significativo agravamento do desemprego estrutural decorre do aumento da rigidez do mercado de trabalho, principalmente causado pela recessão que se inicia em 1999 em Portugal.

Como se pode observar na Figura 4, após um período de flutuação em torno de uma média constante, variando entre 4% e 8%, a taxa de desemprego registou um aumento continuado até à atualidade. Após o ano de 2000, este indicador apresenta uma tendência crescente evidenciando-se a sua natureza estrutural, sendo esse aumento mais expressivo após o início da crise económica internacional, em 2008. O comportamento descrito da taxa de desemprego está associado a um início de década com fraco crescimento económico, a par

com uma desaceleração da produtividade, refletindo assim os desequilíbrios da economia portuguesa. Estas instabilidades tiveram repercussões ao nível da estrutura do desemprego, verificando-se o seu aumento como é possível verificar na figura 4.

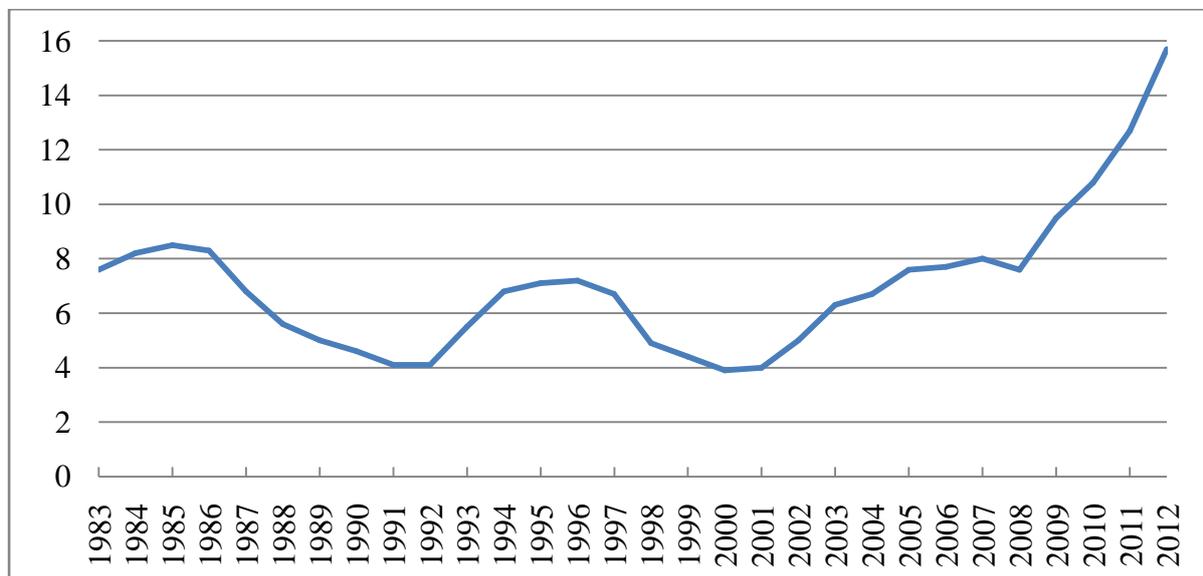


Figura 4. Taxa de Desemprego Total em Portugal, entre 1983 e 2012 (em %)

Fonte: Pordata (2013).

Nas últimas duas décadas, a taxa de desemprego em Portugal registou um aumento significativo e de tal forma acentuado que passou de 3,9%, em 2000, para 15,6%, em 2012, ou seja, um aumento de 11,7 pontos percentuais em cerca de uma década. Desde 2008, em particular, os valores atingidos pelo desemprego são historicamente muito elevados. Em cerca de 20 anos, a taxa de desemprego quase duplicou e quadruplicou desde o início do milénio, o que demonstra a necessidade urgente de remediar este problema económico e social.

2.2.1 Taxa de Desemprego por regiões

Para o estudo da taxa de desemprego por regiões pretende realizar-se uma comparação entre a situação de 1981 e 2011, através dos dados disponibilizados pelos Censos (INE, 2011b), de forma a entender-se a evolução ocorrida da situação antes do período de crise que o país atravessa.

Geograficamente a população portuguesa concentra-se, principalmente, no litoral deixando o interior desprovido de habitantes. Este fenómeno é uma das causas para que as maiores taxas de desemprego se encontrem no interior e Norte do país.

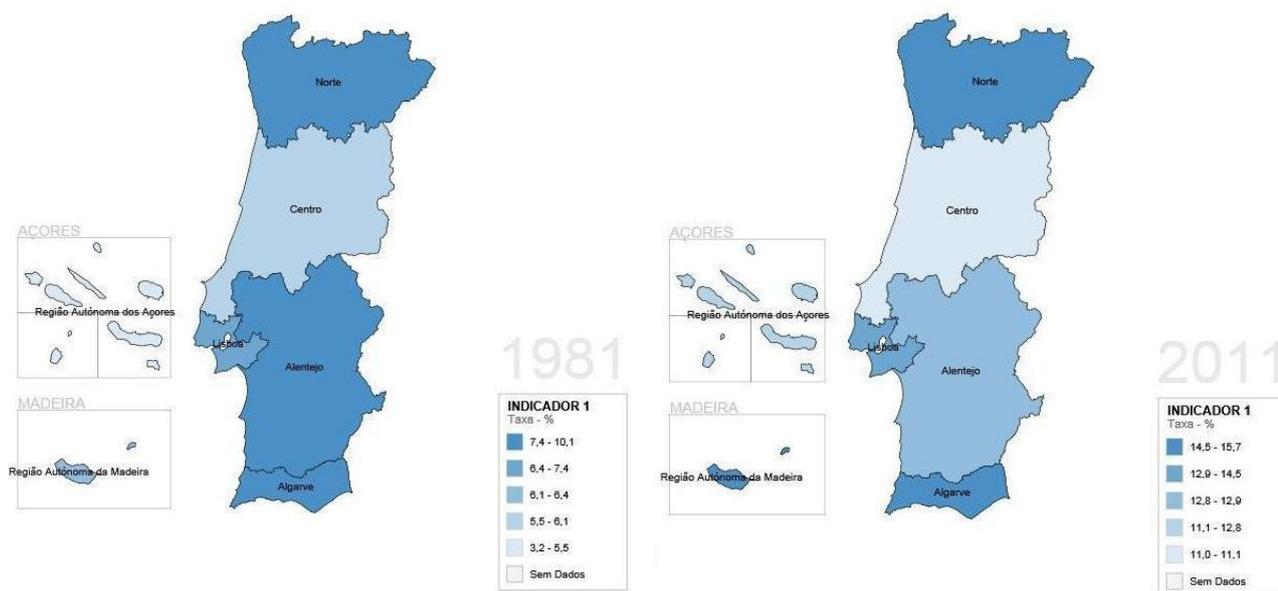


Figura 5. Taxa de desemprego por Regiões portuguesas (NUTS II), em 1981 e 2011 (em %)

Fonte: Pordata (2013).

A Figura 5 expõe as taxas de desemprego nas regiões portuguesas, em 1981 (mapa da esquerda) e em 2011 (mapa da direita). Pela sua análise, verifica-se que em duas décadas houve uma melhoria da taxa de desemprego na Região Centro e Alentejo, mas, pelo contrário, houve um aumento daquela nas regiões autónomas dos Açores e Madeira. Em 2011, destacam-se o Algarve (15,7%), a Região Autónoma da Madeira (14,6%) e o Norte (14,5%) como as regiões nas quais o desemprego é mais elevado. Na região Norte, o desemprego concentra-se em volta das regiões do grande Porto, Ave e Tâmega. Este resultado é confirmado pela forma como a população está repartida no território nacional. Na região

Norte, à semelhança do resto do país, um maior número de população concentra-se junto ao litoral, aumentando naturalmente o número possível de desempregados nessas regiões (INE, 2011b).

A Figura 6 mostra com mais detalhe a evolução decorrida na taxa de desemprego, entre 1981, 2001 e 2011, por NUT's II portuguesas.

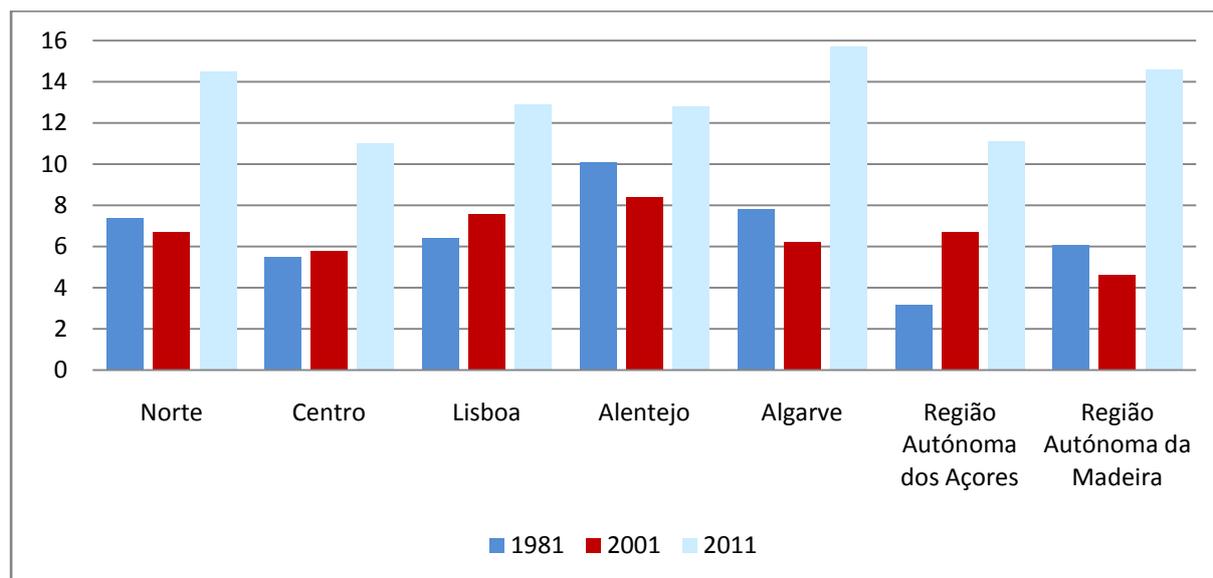


Figura 6. Taxa de desemprego por NUTS II portuguesa, em 1981, 2001 e 2011 (em %)

Fonte: INE (2011).

Observa-se no gráfico anterior que, ao longo da última década, em média, o aumento da taxa de desemprego foi de cerca de 6,7% no conjunto das regiões de NUTS II. A região autónoma da Madeira e o Algarve foram as regiões que, em 2011, registaram a maior taxa de desemprego, sendo também as NUT com desemprego mais elevado (17,5 e 17,9%, respetivamente). Na Madeira, a maioria da população concentra-se na costa Sul, em volta da capital da região e é no Funchal que se verifica o maior número de desempregados sendo também nesta área geográfica onde se desenvolve grande parte da atividade económica regional. Esta Região Autónoma apresenta a segunda maior taxa de desemprego ao nível nacional, podendo ser apontada, como causa possível, a estagnação da atividade económica regional. O constante aumento de falências de empresas fez o desemprego disparar nesta região, registando um aumento na ordem dos 10 pontos percentuais numa década. O setor da construção tem sofrido também uma grande quebra na região (INE, 2013). A estes fatores, acrescenta-se a diminuição de turistas, de acordo com o documento do Turismo de Portugal (2013), com efeitos semelhantes na zona sul do país, onde se localiza a maior parte dos

estabelecimentos hoteleiros, proporcionando taxas de desemprego mais elevadas. No Algarve, as dificuldades causadas pela crise financeira e recessão refletem-se pela diminuição da afluência de turistas tanto nacionais como internacionais, o que afeta duramente o setor e cria desemprego (INE, 2011b). Esta situação revelou-se mais grave principalmente em 2008/2009, mas em 2012 registou-se já uma melhoria na taxa de ocupação pelos turistas. Saliente-se que 40% dos turistas estrangeiros são provenientes do Reino Unido (Turismo de Portugal, 2013).

2.2.2 Caracterização da população desempregada

Em Portugal existe uma desigualdade de género no mercado de trabalho, à semelhança dos outros países europeus. A Constituição de 1976 tornou ilegal qualquer tipo de desigualdade baseada nesta característica, marcando o início de um processo de convergência entre géneros. À data do documento (1976), a população do sexo feminino empregada em percentagem da população empregada era de 38,4%. Após mais de 30 anos, este valor aumentou para 47,3% (INE, 2012). Independentemente desta evolução positiva, a taxa de desemprego contou sempre com um maior número de mulheres sem emprego do que homens, ao longo das últimas décadas (Figura 7).

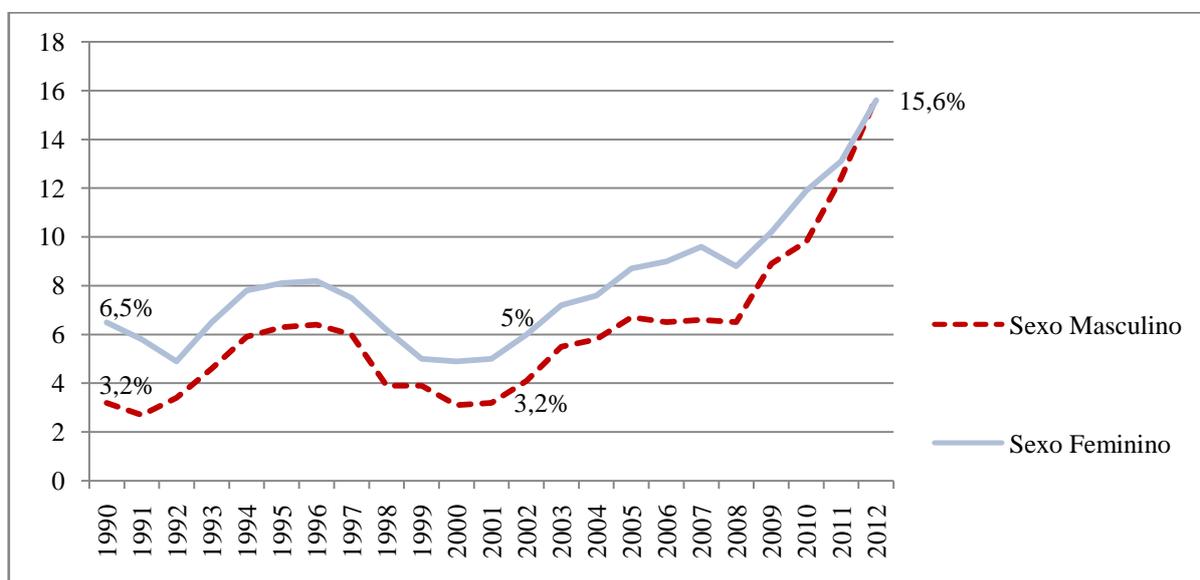


Figura 7. Taxa de desemprego por género, em Portugal, entre 1990 e 2012 (em %)

Fonte: Pordata (2013).

Este resultado pode ser explicado pela estrutura populacional portuguesa. Desde 1960 que se regista um maior número de mulheres na população portuguesa e, em 2012, o sexo feminino representou 52,4% da população residente no território nacional (INE, 2013).

Porém, observa-se na Figura 7 que em 2012, a desigualdade entre géneros se inverteu. A taxa de desemprego para o sexo feminino ficou 0,1 ponto percentual abaixo do sexo masculino. Pela primeira vez em duas décadas, registou-se um maior número de homens no desemprego.

O relatório “*Tendências Mundiais de Emprego 2012*” da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2012) refere que, nas economias desenvolvidas, a crise teve maior efeito

sobre os homens nos setores que dependem do comércio. No caso feminino, os setores da saúde e educação foram os mais afetados. Nos países em desenvolvimento, as mulheres foram principalmente desempregadas nas atividades relacionados com o comércio.

Segundo o mesmo documento, as mulheres estão limitadas à escolha de emprego nalguns setores e verifica-se uma desigualdade na distribuição da população empregada feminina entre os diferentes setores de atividade, havendo setores nos quais as mulheres estão mais presentes. Nas economias em desenvolvimento, como é o caso de Portugal, as mulheres tendem a abandonar a agricultura e passam do setor industrial para o setor terciário (Dias, 2012).

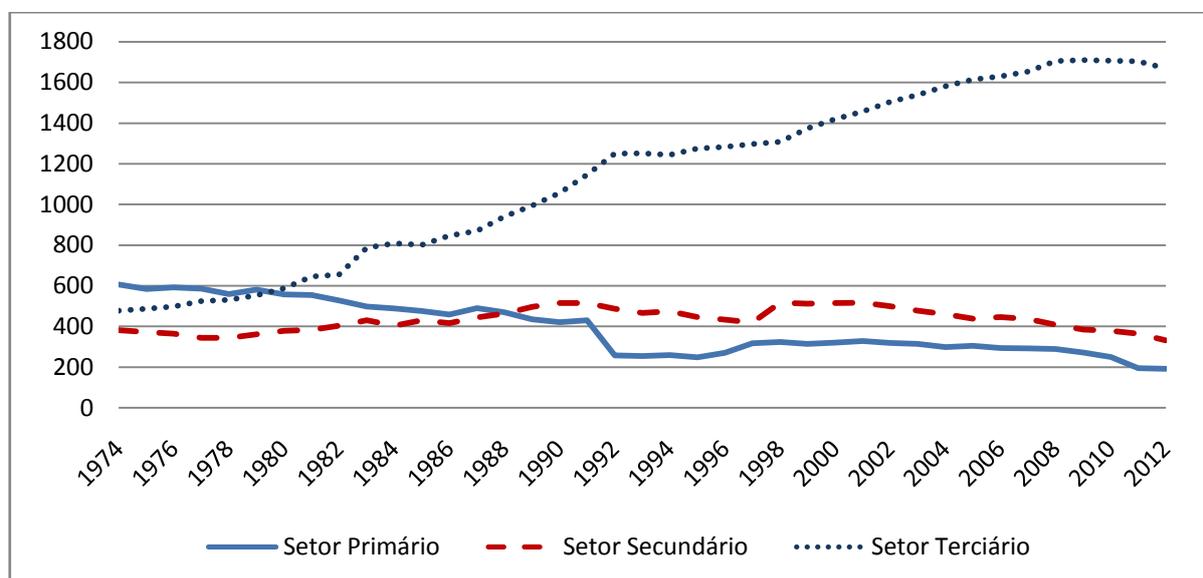


Figura 8. População empregada feminina por setor de atividade, em Portugal, entre 1974 e 2012 (em Milhares)

Fonte: Pordata (2013).

Desde o início da década de 70 que se verifica uma severa mudança nos setores de atividade nos quais estão empregadas as mulheres (Figura 8). A agricultura vê o seu peso diminuir gradualmente com a terciarização, com um efeito que já é presente na década de 70. O setor secundário estabiliza mantendo a sua população empregada (Barreto, 2002). O setor dos serviços (terciário) destaca-se, atualmente, como sendo o setor no qual existe um maior número de mulheres, especialmente na saúde e educação.

As principais causas apontadas para a entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho nacional foram:

- A falta de mão-de-obra devido à sua absorção pela guerra colonial;

- O êxodo rural decorrido durante os anos 60, na sequência de uma industrialização tardia, que impulsionou as populações rurais para as cidades;
- Por último, e considerada como uma das causas mais recentes, é a necessidade de um rendimento adicional no agregado familiar, uma vez que o salário do homem já não é suficiente (Dias & Varejão, 2012).

As mudanças das últimas décadas, nomeadamente culturais, levaram a que uma sociedade patriarcal e masculina desse lugar a um equilíbrio de géneros e de poder no mercado de trabalho (Barreto, 2002).

Ainda no período em análise, a observação da distribuição da população desempregada por grupo etário (Figura 9) permite constatar uma constante oscilação nos seus valores, na década de 90, seguida, a partir do ano 2000, de um aumento generalizado desta taxa, em todos os grupos etários considerados.

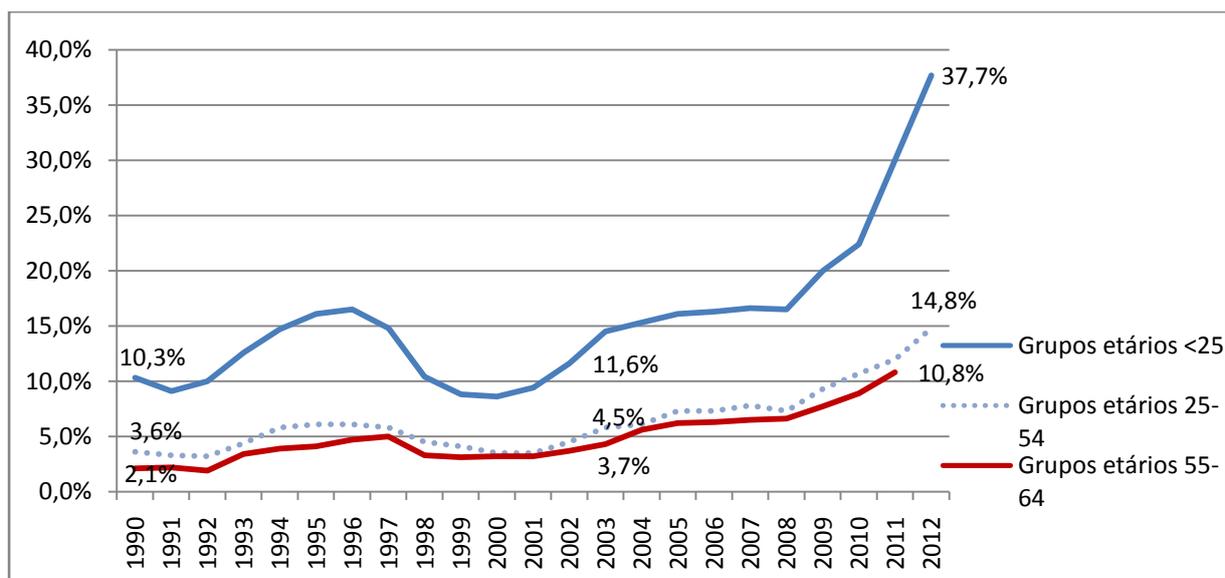


Figura 9. Taxa de desemprego por grupos etários, em Portugal, entre 1990 e 2012 (em %)

Fonte: Pordata (2013).

A taxa de desemprego da faixa etária mais jovem, com menos de 25 anos, é mais elevada do que as restantes (Banco de Portugal *et al.*, 2012). Este fenómeno explica-se pelo facto dos jovens terem uma maior dificuldade em encontrar emprego, por vezes por falta de experiência, mas atualmente a causa principal é o reduzido número de postos de trabalho disponíveis. No caso das cidades do interior do país, os jovens vêem as suas possibilidades de

emprego reduzidas em relação a uma grande metrópole do litoral como Porto ou Lisboa (Mateus, 2013).

A forma como a população empregada se distribui pelos diferentes setores de atividade também sofreu alterações significativas nos últimos 20 anos (Figura 10). A maior variação, e positiva, regista-se no setor dos serviços que aumentou 715 mil trabalhadores, entre 1990 e 2012. A indústria e construção sofreram uma redução de cerca de 436 mil trabalhadores e na agricultura desapareceram 360 mil postos de trabalho, deixando o setor primário como o menor número de trabalhadores empregados. Apesar desta descida, a agricultura registou um ligeiro aumento entre 2011 e 2012, deixando prever um possível aumento deste setor a médio prazo. Aliás, de acordo com o Relatório da Evolução do Desemprego desenvolvido pelo Governo, durante o ano 2011 (Banco de Portugal *et al.*, 2012), existe uma tendência que transfere os empregados do setor de bens não transacionáveis para os bens transacionáveis, podendo ser este o motivo para a melhora registada no último ano na agricultura (Banco de Portugal *et al.*, 2012).

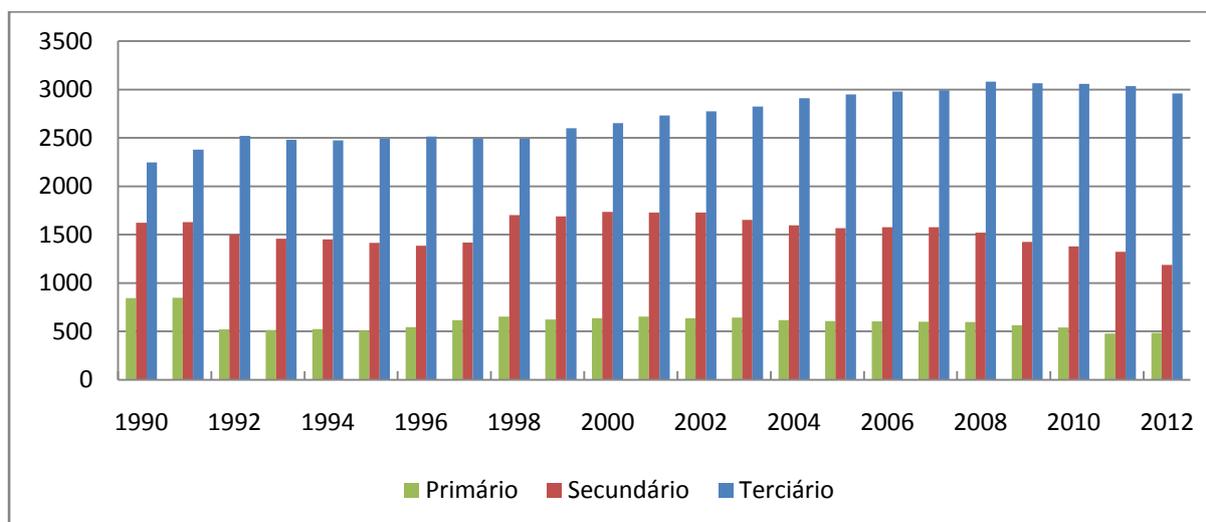


Figura 10. Número de trabalhadores por setor de atividade, em Portugal, entre 1990 e 2012

Fonte: Pordata (2013).

O desemprego em Portugal tem sofrido um aumento significativo, localizando-se, em 2013, nos 15,7% (INE, 2012), em consequência, essencialmente, do processo de ajustamento imposto pela Troica. Outras causas têm sido também apontadas para o desemprego, nomeadamente a contração da economia, as restrições que as empresas encontram para se financiar e os processos de reajustamento que as empresas se vêem obrigadas a efetuar para manter a viabilidade dos seus negócios. Apesar deste tipo de adaptações ter originado um

grande número de despedimentos, destaca-se que esta situação pode provocar também a deslocalização destas empresas. A deslocalização é um fenómeno que tem como principal objetivo maximizar os lucros e minimizar os riscos para as empresas. Geralmente as empresas deslocalizam-se para um país que ofereça vantagens competitivas (benefícios fiscais, mão-de-obra mais barata). Ao dividir o processo de produção por diversos locais é possível minimizar os riscos e esforços que uma crise pode causar a uma empresa.

2.2.3 Causas do desemprego em Portugal

Devido a um grande número de fatores, a taxa de desemprego tem variado de ano para ano, apresentando uma tendência para o crescimento. Como principais causas do sucessivo aumento do desemprego é possível considerar os seguintes fatores:

Fatores económicos

Fatores económicos como a crise económica têm reflexos muito negativos sobre a economia e designadamente no desemprego, tal como se verifica com a segunda ajuda do FMI, em 1983, devido ao aumento da taxa de juro, e com a crise financeira de 2008 que perdura até à atualidade. Estas circunstâncias têm causado muitas falências ao longo da última década. Atualmente, a situação económica e financeira não é favorável à diminuição do desemprego. Portugal apresenta uma dívida da administração pública bem superior ao seu PIB. Nos últimos 20 anos, a dívida pública tem vindo a registar um crescimento a um ritmo muito elevado nos últimos anos. Enquanto que, em 1992, representava apenas metade do PIB, em 2012, a dívida já excedia 124,1% de PIB (INE, 2012).

Apesar das medidas criadas com o objetivo de melhorar as contas públicas, estas não têm sido visualizadas. Os planos de austeridade impostos vieram agravar ainda mais a situação, porque são centrados na contenção de despesas em setores nos quais já tem sido praticada esta redução desde há alguns anos. É o caso dos salários, das despesas em educação e saúde e do investimento público (Mota *et al.*, 2010).

Fatores demográficos

O crescimento da população ativa na Europa tem apresentado uma taxa de crescimento maior do que a do próprio emprego. Consequentemente, verifica-se um aumento da população sem emprego. Na Figura 11 é possível verificar um aumento constante da população residente em Portugal durante as duas últimas décadas. O crescimento da população empregada não apresenta uma evolução positiva tão linear, mas denota algumas oscilações. Em 2008, o número de empregados começou a declinar, enquanto o total de residentes manteve-se relativamente constante (10 514 800 habitantes) até 2012 (Pordata, 2013).

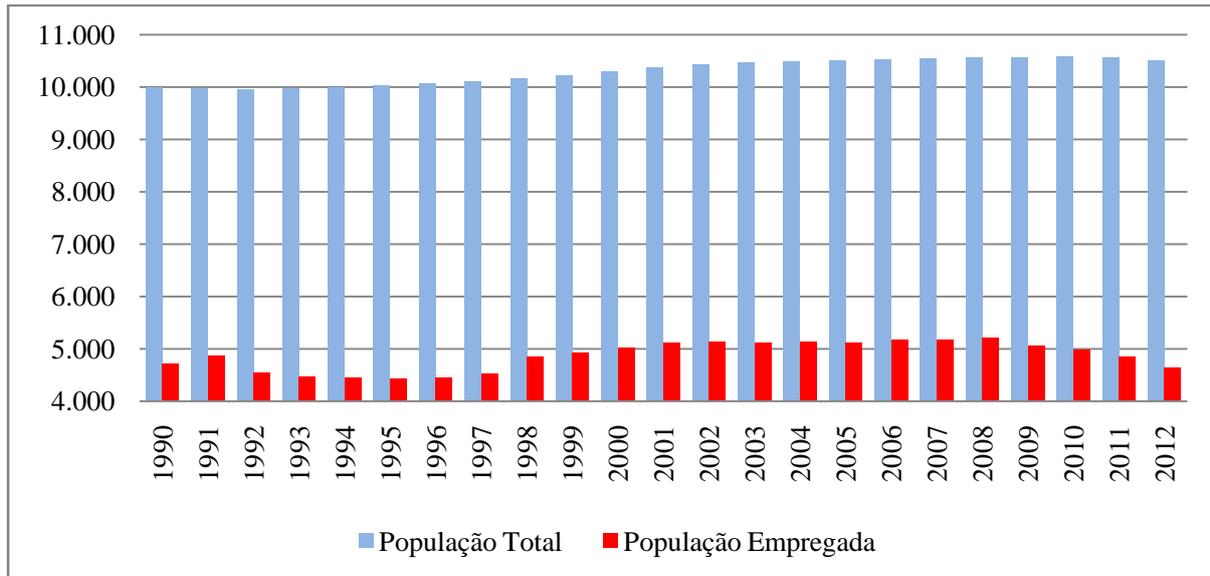


Figura 11. População Empregada versus População Total, em Portugal, entre 1990 a 2012 (em Milhares)

Fonte: Pordata (2013).

A introdução da relação da evolução da taxa de desemprego e das variáveis demográficas (nível etário e género), foi introduzida por Perry (1970) e Gordon (1982), para os Estados Unidos da América. No mesmo sentido, Katz & Krueger (1999) mostraram que a diminuição da taxa de natalidade tem um impacto negativo sobre o peso dos jovens na população ativa e, por consequência, aumenta a taxa de desemprego.

Inovação tecnológica e Falta de qualificações

A introdução de novas tecnologias no processo produtivo constitui uma causa da diminuição do emprego em Portugal (Teixeira, 1999). O autor conclui que é necessária menos mão-de-obra para efetuar as tarefas, uma vez que, atualmente, elas são automatizadas por máquinas. Em Portugal, os índices de investigação e desenvolvimento são baixos, o progresso tecnológico resultante da investigação foi fruto em larga medida de investimentos estrangeiros, nomeadamente fundos estruturais (Banco de Portugal, 2009).

As mudanças no mercado bem como os novos modos de produção implicam uma constante formação da mão-de-obra, para fazer face à necessidade de novas competências. No caso das novas tecnologias de informação e de comunicação é flagrante a evolução e a necessidade de se ter competências mais vastas, o que permite responder às exigências do mercado em constante transformação.

Nova regulamentação do mercado de trabalho

A maior flexibilidade do mercado laboral, principalmente do lado patronal, provoca a precariedade e insegurança nos postos de trabalho. Tem-se vindo a identificar um visível aumento dos contratos temporários, dos contratos a termo certo e dos recibos verdes. A agravar a situação está a flexibilidade e facilidade dos despedimentos introduzida pelas recentes reformas.

Desindustrialização

O decréscimo do setor da indústria e construção é notório nas últimas duas décadas, entre 1998 e 2011, por exemplo, o setor perdeu 380 mil trabalhadores (Mateus, 2010). Atualmente, a mão-de-obra portuguesa concentra-se principalmente no setor dos serviços e na função pública. A deslocalização das grandes empresas para países com mão-de-obra mais barata, nomeadamente a China, tem originado muitos despedimentos nos países desenvolvidos. Segundo Boubá-Olga (2006), a deslocalização é apenas uma estratégia de encerramento de uma unidade de produção, reabrindo posteriormente noutra local. Estas deslocalizações têm custos e efeitos graves ao nível social e financeiro, para a economia e, nomeadamente, o desemprego (Villemus, 2007).

Capítulo 3 - Empreendedorismo em Portugal

Na presente secção, efetua-se uma apresentação do conceito de empreendedorismo seguido de uma análise da sua evolução em Portugal. É analisado o conceito diferenciado por género, pelo nível de escolaridade e por regiões. Posteriormente, é feita uma análise às características dos empreendedores bem como às possíveis motivações que os levam a empreender.

3.1 Evolução do Conceito de empreendedorismo

O conceito de empreendedorismo apareceu, em França, entre os séculos XVII e XVIII. Cantillon (2011)² foi o precursor da divulgação da importância do empreendedorismo, ajudando a vulgarização do termo na cultura francesa. A palavra “*entrepreneur*” caracterizava as pessoas que estimulavam a economia com ideias inovadoras e novas maneiras de agir. Em 1950, o austríaco Joseph Schumpeter, um dos mais importantes economistas do século XX, definiu empreendedor da seguinte forma: “*aquele que destrói a ordem económica existente através da introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização, ou pela exploração de novos recursos materiais*” (Schumpeter, 1950).

Alguns anos depois, em 1967, Knight introduziu o conceito de risco. Segundo o autor, para criar um negócio/empresa é necessário arriscar. O conceito de risco pode ser um fator que preocupa em demasia os atuais desempregados. Quando chega o momento da potencial criação do seu próprio emprego, o medo criado pelo fator risco impede, em alguns dos casos, que algumas ideias inovadoras sejam levadas a cabo (Baptista *et al*, 2008).

Desde Say (1816) a Cantillon (2011), o empreendedor é descrito como uma pessoa que assume risco fazendo investimentos, geralmente de capital próprio. Porém, enquanto o primeiro associa o empreendedor à inovação, ao processo que cria novas oportunidades de negócios, Cantillon (2011) afirma que o empreendedor é um indivíduo em busca de lucro. Recorrendo a Shaw (Ferreira, 2002) indica ainda que “*Alguns homens vêem as coisas como são, e perguntam: Por quê? Eu sonho com as coisas que nunca existiram e pergunto: Por que não!*”. Esta última pode ser uma excelente visão do empreendedor que deseja inovar.

²A versão de 2011 é uma reedição da obra original de Richard Cantillon “*Essai sur la nature du commerce en général*” de 1755.

A relação entre estes dois conceitos insere-se na escola de pensamento schumpeteriana. Na obra de Schumpeter, para o empresário/empreendedor ser inovador tem inevitavelmente que introduzir algo de novo e pode fazê-lo de várias formas: (1) através da introdução de um novo produto no mercado, (2) pela utilização de um novo método de produção, (3) criar um novo mercado, (4) descobrir uma nova fonte de matérias-primas ou (5) pela reorganização de uma indústria/empresa (Nunes, 1985).

Para além da ligação entre o empreendedor e inovação, Schumpeter (1935) destacou a importância de empreender para a sociedade e para o bom funcionamento e desenvolvimento da economia. Na sua obra, a componente da inovação minimiza o papel do consumidor, ao ponto de já não ser o consumidor a criar novas necessidades mas estas a serem geradas pelos novos produtos (Nunes, 1985).

O economista também introduz o conceito de destruição criativa (Schumpeter, 1942). Este conceito demonstra que a criação de novas empresas é fruto da destruição de outras empresas mais antigas e possivelmente ultrapassadas pela tecnologia atual. Ou seja, se por um lado se cria emprego, por outro há uma perda de postos de trabalho.

O conceito de empreendedor equivalente a trabalhador por conta própria é um conceito bastante utilizado na investigação científica (Blanchflower, 2000). Vários académicos corroboram esta interpretação, sobre a qual Dornelas (2003) indica que *“Os empreendedores são pessoas muito determinadas, anseiam por conquistar novos espaços, desenvolver novos produtos e criar novos procedimentos, desejam o sucesso e o poder. São apaixonados pelo que fazem e utilizam sua criatividade, suas habilidades gerências e seus conhecimentos com o intuito de descobrir novas formas de inovar capazes de trazer vantagens competitivas a seu negócio”*.

O aumento significativo da utilização deste conceito em conjunto com o aumento de investigações sobre empreendedorismo vem demonstrando a sua importância nomeadamente para a economia de um país. No documento “Livro Verde: Espírito Empresarial na Europa” da Comissão Europeia (2003) encontram-se identificados os seguintes contributos económicos para os quais o empreendedorismo contribui:

- Criar empregos;
- Promover o crescimento económico;

→ Melhorar a competitividade;

O empreendedorismo tem ganho grande importância e é apontado como um gerador de melhorias nos países e na competitividade dos mercados (Gaspar, 2007). Toda esta evolução é analisada nos relatórios fornecidos por o Global Entrepreneurship Monitor (GEM). Para tal a organização define o conceito de empreendedorismo como sendo *“qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como o emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por um indivíduo, equipa de indivíduos ou negócios estabelecidos”* (Acs et al., 2005).

3.2 Empreendedorismo em Portugal

Em Portugal, o empreendedorismo ainda não evoluiu tanto como em outros países. Segundo o *Global Entrepreneurship and Development Index* (GEDI), um índice que visa avaliar o nível de empreendedorismo e o estado das condições disponíveis para a sua criação, calculado para 2010, Portugal encontrava-se na posição 33 de um total de 71 participantes (Quadro 2). Com um índice de 0,35, Portugal representa menos de metade do valor registado pelo país com o índice mais elevado, a Dinamarca (0,76) (Kelley *et al.*, 2011).

Quadro 2: Índice global do GEDI, para países orientados para a inovação, em 2010

País	Índice Global	Posição
Portugal	0,35	33
Alemanha	0,54	16
Austrália	0,6	11
Bélgica	0,58	12
Dinamarca	0,76	1
Eslovénia	0,49	19
Espanha	0,4	28
Estados Unidos	0,72	3
Finlândia	0,56	13
França	0,5	18
Grécia	0,32	34
Holanda	0,62	10
Irlanda	0,63	6
Islândia	0,62	9
Israel	0,47	21
Itália	0,41	27
Japão	0,4	29
Noruega	0,62	8
Reino Unido	0,56	14
Rép. Da Coreia	0,49	20
Suécia	0,68	4
Suíça	0,63	7

Fonte: Kelley *et al.*(2011).

Nas duas últimas décadas, em Portugal, o empreendedorismo tem crescido e os empreendedores têm aumentado, mas nem todos alcançam o estatuto de empresários de sucesso. Ao longo do processo de criação de empresa é possível encontrar inúmeras

dificuldades tais como a disponibilidade financeira, o mercado, as infraestruturas existentes bem como o sistema fiscal que reduzem a probabilidade de sucesso do empresário (Lévesque e Minniti, 2006; Sarkar, 2007). De acordo com Sarkar (2007), a indisponibilidade financeira é frequentemente apontada como a grande dificuldade por partes dos portugueses.

Porém, independentemente destes fatores externos é ainda necessário referir a necessidade de um perfil empreendedor para a criação de empresas. Ou seja, nem todos os indivíduos possuem propensão ao risco, capacidade de iniciativa, habilitações e experiência profissional consideradas como algumas das características fundamentais para o sucesso do empresário (Britto & Wever, 2003).

Em Portugal, quando se fala de empreendedorismo é importante referir que é constituído, principalmente, por um elevado número de micro e pequenas empresas. Muitas destas pequenas empresas surgiram de uma iniciativa individual (Baptista *et al.*, 2008). Segundo Sarkar (2007), a promoção do espírito empreendedor é um imperativo.

O Estado português tem vindo a reconhecer a importância das pequenas empresas como dinamizadoras da economia, promotoras de crescimento económico e de criação de postos de trabalho (Baptista *et al.*, 2008). Neste sentido, para que os processos burocráticos inerentes à criação de empresas sejam mais fáceis e rápidos, o Governo português implementou políticas como o Simplex³.

O empreendedorismo é também uma forma utilizada para a comparação entre diferentes países, através, por exemplo, dos relatórios proporcionados pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM).

Atendendo ao caso específico de Portugal, o relatório GEM 2010 indica que a taxa de iniciativas empreendedoras em fase de implantação é de cerca de 5% e para as iniciativas em fase de estabilização de 6% (Kelley *et al.*, 2011). Segundo o mesmo documento, a maioria dos países europeus, incluindo Portugal, apresentam uma economia principalmente movida pela inovação.

³O programa Simplex foi criado em 2006 pelo governo português. Tem como objetivo reduzir a carga burocrática imposta aos cidadãos e às atividades empresariais, ajudando a promover o desenvolvimento e o crescimento económico do país. Mais informação é disponibilizada no endereço http://www.gsema.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=53.

Os fatores que geralmente motivam a criação de empreendimentos são a necessidade ou ainda a identificação de uma oportunidade de negócio. Estes fatores são geralmente valorizados na literatura mas na realidade surgem com pior cotação (Kelley *et al.*, 2011). As pessoas valorizam o *status* atribuído aos empreendedores de sucesso e tendem a ter uma perceção que o empreendedorismo é uma boa carreira profissional. O interesse crescente dos Média pelo fenómeno empreendedor demonstra ser uma fator impulsionador.

Ainda no relatório GEM 2010 (Kelley *et al.* 2011) são apontados como aspetos favoráveis a uma cultura empreendedora, em Portugal, as boas infraestruturas comerciais e o crescente interesse do ensino superior por este fenómeno. Apesar destes sinais positivos, são também apontados como pontos negativos as limitações impostas pela regulamentação nacional ou ainda as normas socioculturais.

No senso comum, uma das conceções correntes é que os empregados por conta de outrem têm um rendimento regular (mensal) e que é uma forma de emprego mais estável. Este tipo de pensamento pode ser causa de uma baixa propensão ao risco por parte da população portuguesa, ou seja, as pessoas sentem mais segurança sendo empregado e revelam maior receio com o risco de empreender. Em comparação com os Estados Unidos da América, os Europeus não vêem o erro como algo positivo, algo que com o qual se pode aprender e evoluir, mas sim como um acontecimento mau e a evitar. Este facto poderá estar na origem de uma menor iniciativa individual por parte dos países europeus (Sarkar, 2007).

É possível constatar uma diferença entre a predisposição dos indivíduos e o que se regista na prática. O relatório revela que Portugal tem uma percentagem de pessoas com vontade de criar o seu próprio negócio de cerca de 62%. Esta taxa supera as registadas em média na UE e nos Estados Unidos da América com 45% e 61%, respetivamente.

3.2.1 Empreendedores em Portugal

A posse de negócio por trabalhadores por conta própria representa aqueles que não dependem de qualquer empregador e que são detentores do seu próprio emprego. Portugal viu crescer o seu número de empreendedores desde a sua entrada na CEE, em 1 de janeiro de 1986 (van Stel, 2003).

Durante a última década, em Portugal, a população empregada registou um valor constante próximo dos 5 milhões, registrando-se uma ligeira descida desde 2009 (Figura 12). Em 2012, o número de empregados rondava os 4,6 milhões. A diminuição verificada coincide com o período de recessão provocada pela crise financeira de 2007.

Na Figura 12, observa-se ainda que, desde a entrada em circulação do euro em Portugal até 2012, o país perdeu cerca de 9,8% da população empregada, o que equivale a meio milhão de empregados.

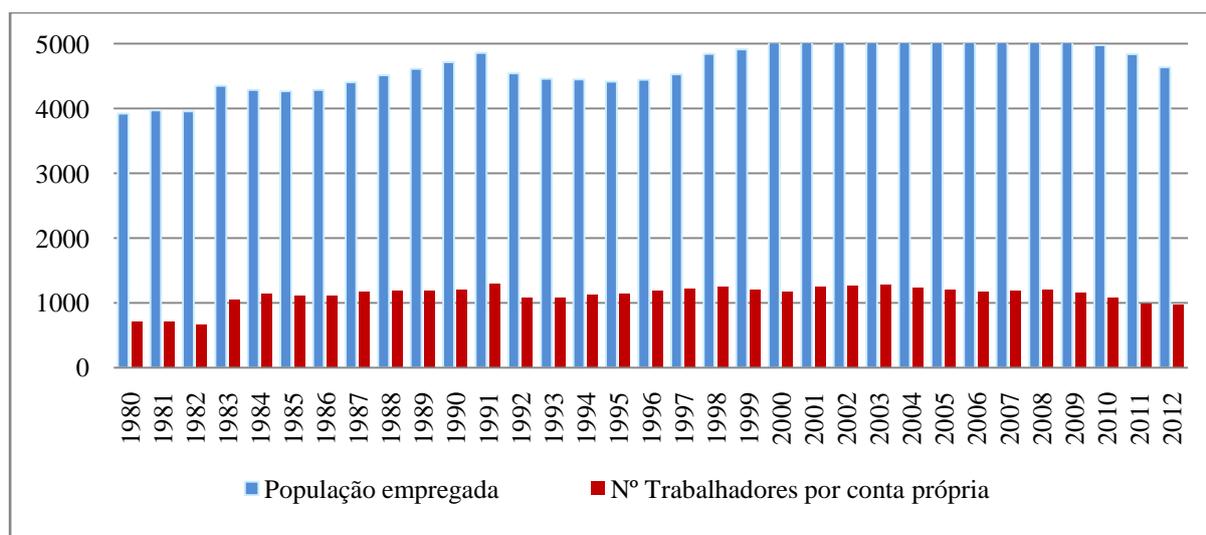


Figura 12. População Empregada Total versus População Empregada por conta própria, em Portugal, entre 1980 e 2012 (em milhões)

Fonte: Pordata (2013).

No mesmo sentido que a população empregada, os trabalhadores por conta própria⁴ têm vindo a diminuir na última década, de uma forma bastante acentuada, no intervalo em análise (Figura13). Verifica-se um aumento drástico do ano de 1982 para 1983, que se deve à alteração no método de recolha de dados que passou a ser trimestral e a considerar também os

⁴ Neste estudo, os trabalhadores por conta própria são considerados como os empreendedores.

arquipélagos. A quebra de 1992 também é justificada por uma alteração, esta vez relativa ao conceito de população empregada.

O número de empreendedores foi de apenas 976 milhares, em 2012. Em comparação com 2002, este valor está bastante enfraquecido, sendo que nesse ano o número de empreendedores era perto de 1,3 milhões, ou seja, verificou-se uma descida de cerca de 22,3 por cento entre as datas sob análise.

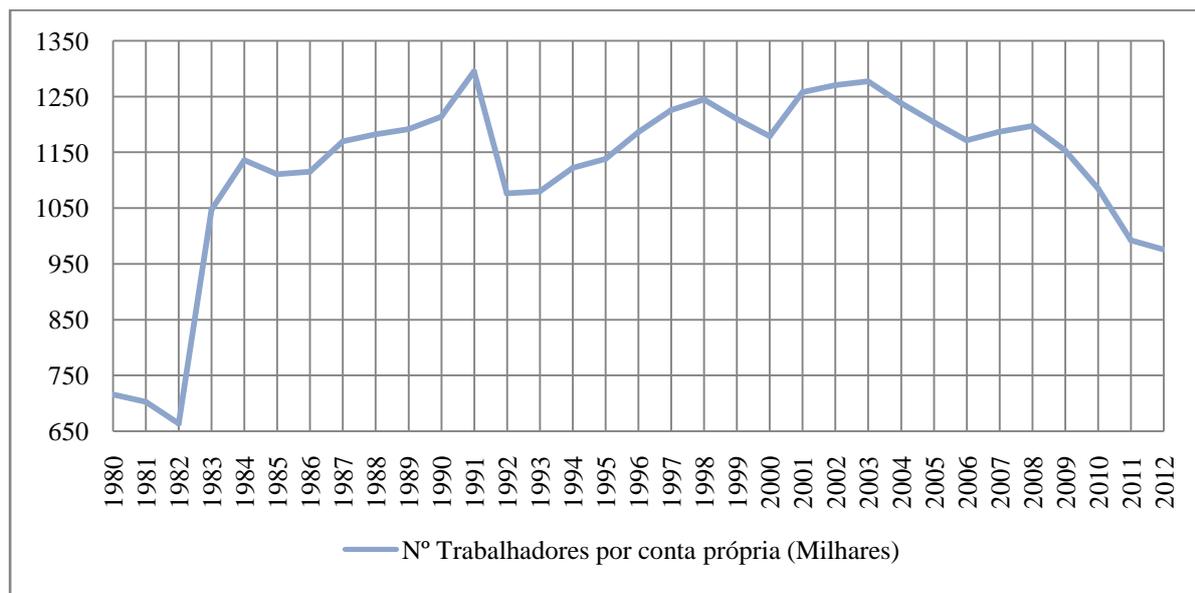


Figura 13. Número de trabalhadores por conta própria, em Portugal, entre 1980 e 2012 (em milhares)

Fonte: Pordata (2013).

Apesar desta descida, Portugal fica acima da média europeia ao nível de trabalhadores independentes. A média da UE situa-se nos 15,2%. Segundo o Gabinete Europeu de Estatística (Eurostat, 2013), em 2012, os 976 mil empreendedores, dos quais 610 mil homens e 366 mil mulheres (Figura 14), representam 21,1% da população empregada. Existe uma maior presença masculina no setor independente, o que coincide com a tendência europeia.

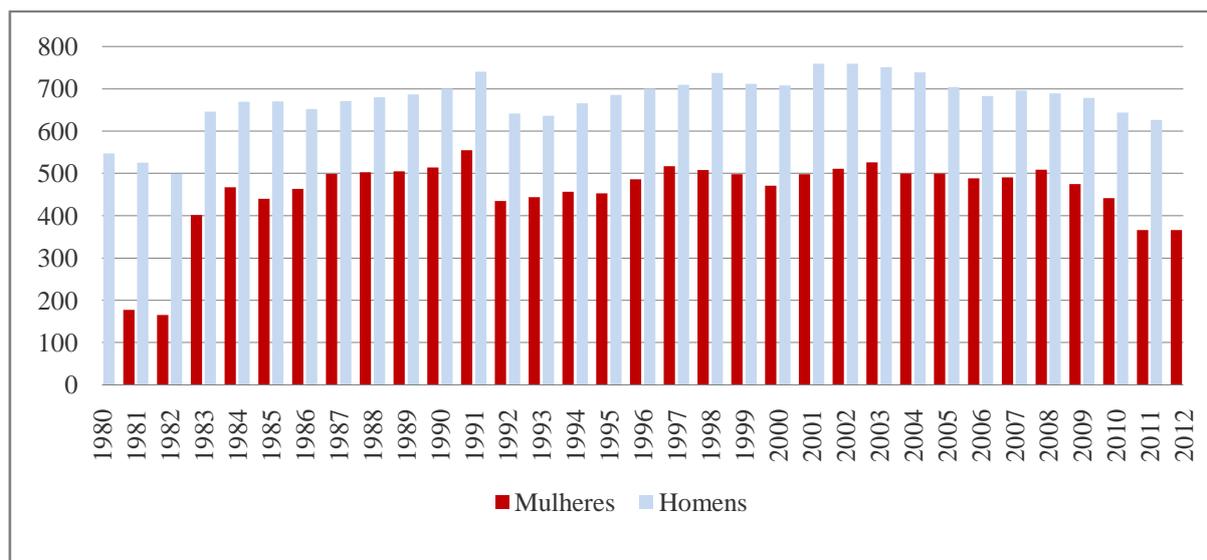


Figura 14. Número de trabalhadores por conta própria por género, em Portugal, entre 1980 e 2012 (em milhares)

Fonte: Pordata (2013).

Para além da diferença existente entre género, também se identificam distintas formações literárias entre os trabalhadores por conta própria. Olhando para a última década, verifica-se que o ensino básico predomina entre os níveis de escolaridade. Este facto demonstra um conjunto de empreendedores de relativa fraca qualificação, no entanto, o número de trabalhadores sem nível de escolaridade baixou drasticamente e, por sua vez, o número de trabalhadores com um curso superior aumentou como se pode verificar nas curvas de tendência da Figura 15.

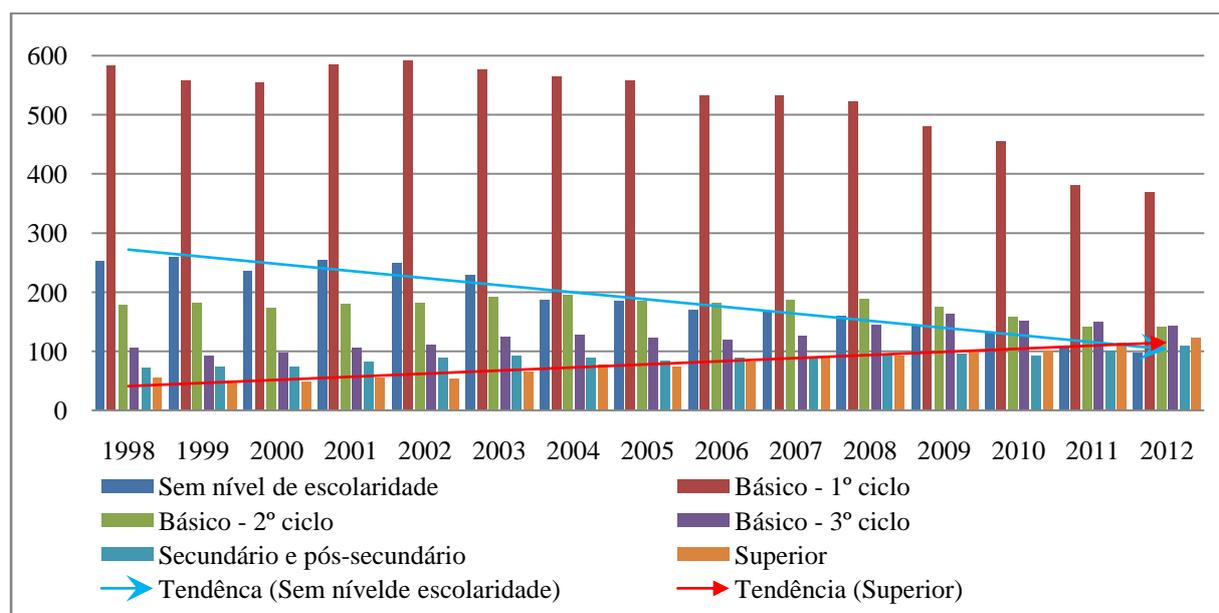


Figura 15. Trabalhadores por conta própria por nível de escolaridade completado, em Portugal, entre 1998 e 2012 (em milhares).

Fonte: Pordata (2013).

As diferenças não surgem apenas nas características deste tipo de trabalhadores mas também na forma como estão distribuídos pelo território. Segundo os censos realizados em 2011, o Norte surge como a região do país na qual existe maior número de trabalhadores por conta própria, seguido da região de Lisboa e do Centro. Apesar de, no geral, existir uma diminuição do número de trabalhadores por conta própria, Lisboa regista um aumento (Figura 16) que pode ser justificado pelo aumento do setor dos serviços mais presente nas zonas metropolitanas (INE, 2011).

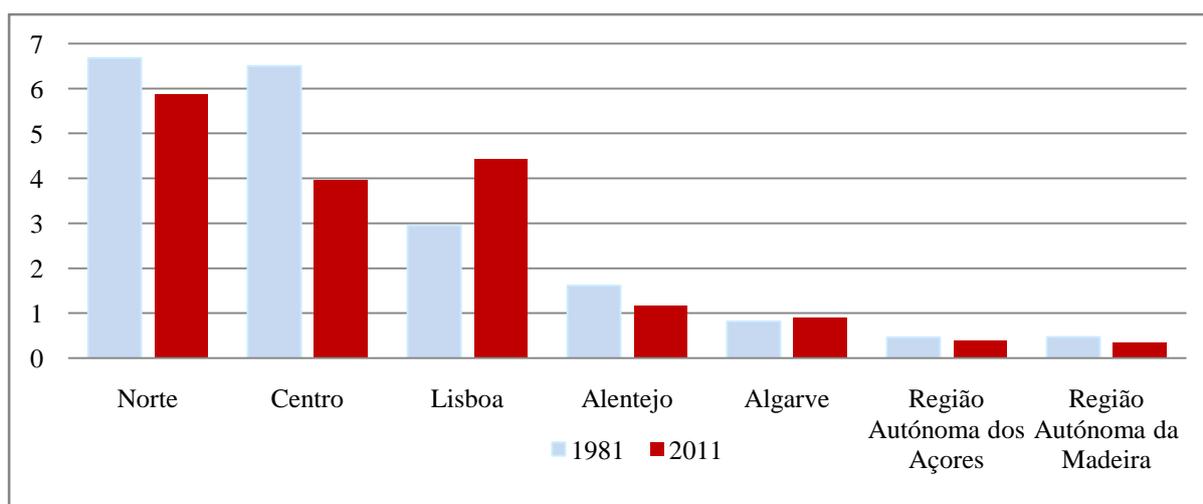


Figura 16. Trabalhadores por conta própria em percentagem da População Empregada, em Portugal, entre 1981 e 2011

Fonte: INE (2011).

Portugal é o terceiro país da UE com a maior taxa e trabalhadores independentes (21,1%). A primeira posição é conquistada pela Grécia com 31,9% da população empregada (Eurostat, 2013). Embora a boa posição portuguesa em relação ao resto dos países europeus, a grande parte dos trabalhadores por conta própria em Portugal (76,1%) não tem funcionários sob a sua alçada. Apenas 23,9% dos empreendedores dão emprego a 1 ou mais funcionários (Eurostat, 2013).

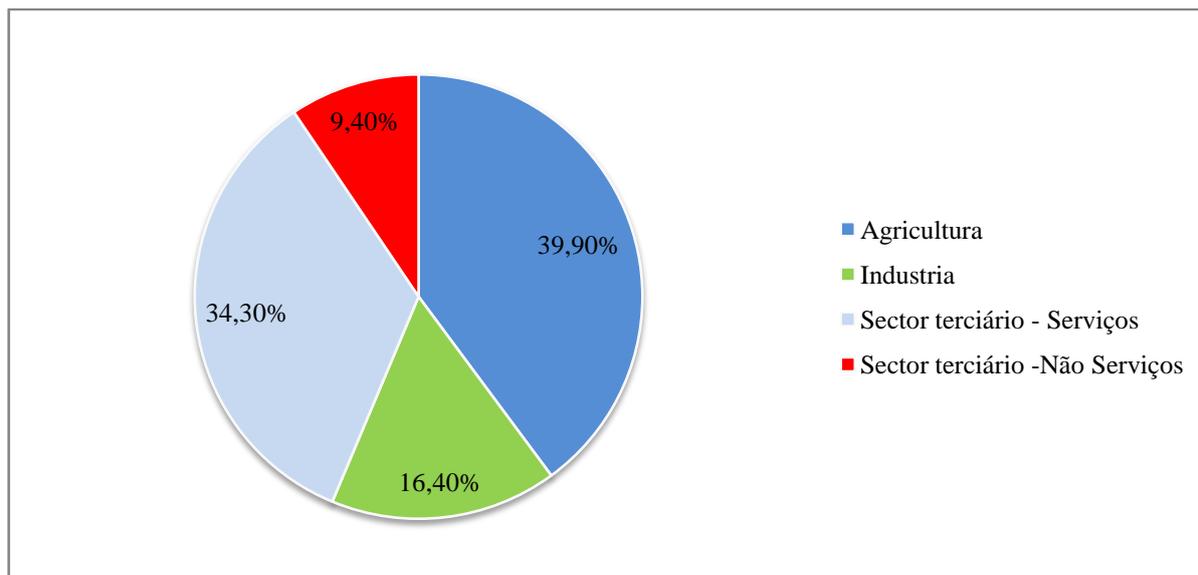


Figura 17. Trabalhadores por conta própria por setor de atividade, em %, em Portugal

Fonte: Teichgraber (2013).

O setor primário predomina entre os detentores do seu próprio emprego em Portugal, com 39,9% do total dos trabalhadores independentes (Figura 17). O facto de existirem muitos agricultores que cultivam para consumo próprio influencia esta estatística, sendo estes considerados como empreendedores pelos indicadores do Eurostat (2013).

O setor dos serviços também assume um papel de destaque, contando com 34,3% dos trabalhadores que não dependem de qualquer empregador. Este valor fica, porém, aquém da média europeia de 46%. Portugal tem uma das percentagens mais baixas da UE no que toca ao setor dos serviços. Da mesma forma se comporta o setor da indústria (16,4%) que fica atrás do valor médio da UE situado nos 20% (Eurostat, 2013).

Embora, a nível europeu, Portugal tenha o terceiro lugar na percentagem de trabalhadores por conta própria, é importante relevar que apenas o setor da agricultura se destaca das outras médias europeias, sendo este aquele que contribui realmente para esta estatística.

3.3 Ensino do Empreendedorismo em Portugal

O ensino e a formação do empreendedorismo é recente mas tal como qualquer outro tipo de educação, a formação académica neste ramo é benéfica e resulta em indivíduos mais aptos ao mundo empresarial.

“A promoção do empreendedorismo e inovação será uma das soluções apontadas para combater a taxa de desemprego em Portugal, encarando-se atualmente não como uma opção, mas como uma necessidade primordial”(Sarkar, 2007). Segundo este autor, tomar o empreendedorismo como área de investigação é algo relativamente recente em Portugal. A formação em empreendedorismo no Ensino Superior ou mesmo no Ensino Secundário faz todo o sentido uma vez que as normas culturais e sociais foram registadas como um aspeto menos favorável por parte dos especialistas portugueses, que concluíram que a cultura nacional está pouco orientada para o empreendedorismo (Kelley *et al.*, 2011).

É essencial ter formação para que se adquiram conhecimentos nas áreas da gestão, finanças, marketing, liderança e comunicação, essenciais à atividade empresarial. Apesar de não serem necessárias habilitações de formação superior para se criar uma empresa, torna-se benéfico ter conhecimentos deste nível (Ferreira *et al.*, 2008). O relatório GEM 2010 ainda refere que a atenção dada ao empreendedorismo por parte do ensino secundário e primário ainda é muito reduzida e torna-se um aspeto negativo no processo de mudança de mentalidade e cultural (Kelley *et al.*, 2011).

Para Low & MacMillan (1988) e Gartner (2001), o empreendedorismo deve ser estudado de forma a explicar o papel das novas empresas no desenvolvimento do progresso económico, mas também para facilitar a compreensão do que é ser empreendedor. Sendo relativamente recente, é necessário estudar esta temática e perceber o seu contributo para a diminuição do desemprego e para o crescimento da economia. Citando Redford (2007), professor na Universidade de Lisboa, o empreendedorismo *“é o motor impulsionador do crescimento económico de muitos países e, permite, não só a criação de novos empregos e novas indústrias, como também constitui uma fonte de inovação que permite a renovação de diversas organizações, instituições e, talvez, de países inteiros”*.

Em Portugal, em 2011, existiam 27 cursos no Ensino Superior. Os cursos de empreendedorismo são maioritariamente Mestrados (78%), sendo que só existe um

Doutoramento e quatro Pós-Graduações. O Ensino Universitário Público representa 41% da oferta de cursos e o Ensino Politécnico Público 26%, apenas 67% dos cursos disponíveis estão presentes em estabelecimentos públicos. O Ensino Universitário Privado representa apenas 33% (Quadro3). Conclui-se que, em Portugal, caso se deseje estudar empreendedorismo será necessário ser detentor de uma licenciatura visto os cursos existentes serem na maioria do 2º ciclo do ensino superior.

Quadro 3: Número de cursos de Empreendedorismo nos diferentes tipos de ensino em Portugal, em 2012

Curso	Tipo de Instituição				Total
	Ensino Universitário Público	Ensino Universitário Privado	Ensino Politécnico Público	Ensino Politécnico Privado	
Doutoramento	1	0	0	0	1
Mestrado	9	8	4	0	21
Pós-graduação	1	1	3	0	5
Total	11	9	7	0	27

Fonte: Pimpão (2011).

3.4 Características do empreendedor

Os empreendedores são pessoas comuns, aparentemente sem qualquer característica que os destaque de qualquer outro. Porém, nas últimas décadas tem-se verificado um aumento das investigações com vista à descoberta das características pessoais que identificam um empreendedor. Neste sentido, têm sido efetuados estudos psicológicos e comportamentais, como os de Sarkar (2007) que revelam características bem particulares do empreendedor de sucesso.

Geralmente, ao empreendedor associam-se características como a necessidade de realização pessoal, ser criativo e inovador, gosto pela liderança e tendência a incorrer em riscos de forma calculada (Timmons, 1989). Estes traços de personalidades são alguns dos mais importantes, que combinados com características demográficas, como idade, género e formação académica aumentam a probabilidade de sucesso na criação do seu próprio negócio (Carter *et al.*, 2003). Em concordância com Britto & Wever (2003) são fundamentais algumas características para ser um bom empreendedor:

- **Criatividade e inovação:** o empreendedor tem a capacidade de identificar a oportunidade de criar algo novo onde outros não vêem qualquer benefício, bem como criar bens e serviços que revolucionem o mercado, de acordo com o conceito de inovação realçado por Schumpeter (1935) e Drucker (1986);

- **Determinação e objetividade:** o empreendedor direciona os seu esforços na concretização dos seus objetivos;

- **Autoconfiança:** o empreendedor tem de acreditar fervorosamente nas suas capacidades e no sucesso do seu projeto;

- **Criação de valor:** o empreendedor tem interesse por dinheiro e articula a sua empresa no sentido de fazer mais e melhor com menos gastos, tal como anunciado por Hullet *al.*(1980);

- **Correr riscos:** o empreendedor age aproveitando as oportunidades do mercado e arriscando em algo incerto sem ter informação se tudo irá correr bem (Carter *et al.*, 2003) mas o empreendedor é alguém que arrisca medindo os riscos, não arrisca sem limites. Esta é uma característica fundamental do empreendedor, as decisões são ponderadas e estratégicas.

O Quadro 4 contém as características psicológicas e comportamentais, geralmente identificadas nos empreendedores, reunidas de diversos autores pertencentes aos “comportamentalistas”.

Quadro 4: Características dos Empreendedores

Inovação	Otimismo	Tolerância
Liderança	Orientação por objetivos	Iniciativa
Riscos moderados	Flexibilidade	Capacidade de aprendizagem
Independência	Necessidade de realização	Habilidade na utilização de recursos
Criatividade	Habilidade em conduzir uma situação	Sensibilidade
Energia	Autoconsciência	Agressividade
Tenacidade	Autoconfiança	Tendência a confiar nas pessoas
Originalidade	Envolvimento a longo prazo	Dinheiro como medida de desempenho

Fonte: Hornaday (1982); Meredith *et al.* (1982); Timmons (1978).

Através do estudo do perfil do empreendedor desenvolvido por McClelland (1961), deu-se início à escola de pensamento dos “comportamentalistas”. Aquele autor afirmou que o empreendedor tem, como motivação inicial, uma necessidade de realização e vontade de construir algo próprio. A vontade de ser o seu próprio patrão leva o empreendedor a enfrentar o seu medo do risco e proporciona uma força de vontade aumentada face às adversidades com finalidade de cumprir os seus objetivos.

De acordo com Hisrich & Peters (2004), o empreendedor deve estabelecer à sua volta um conjunto de pessoas que o apoiem moralmente e psicologicamente para enfrentar os momentos mais difíceis. Em Portugal, e na generalidade dos países quando se cria uma empresa, este apoio é fornecido por familiares, cônjuges e amigos para um apoio ao nível emocional, e a nível técnico e de gestão por um conjunto de profissionais que oferecem ao empreendedor confiança, conselhos e informações importantes devido às suas experiências.

3.4.1 Motivação para empreender

A motivação do empreendedor gira, principalmente, em volta de dois grandes motivos: a necessidade e a oportunidade. Quando o motivo é a necessidade, tornar-se empreendedor é fruto das carências financeiras, isto é, a necessidade de dinheiro resultante da ausência de outras formas de rendimento e a escassez de emprego são motivação para empreender. Nos casos do motivo para empreender ser a identificação de uma oportunidade de empreender, então a criação de negócio surge da capacidade de identificar uma oportunidade de criar algo inovador ou simplesmente necessário. Os empreendedores com este tipo de visão revelam um grande espírito inovador e criativo que proporciona a possibilidade de criar uma nova empresa.

Segundo o estudo da GEM (Kelley *et al.*, 2011), em Portugal verifica-se que 56,3% dos empreendedores criam um negócio motivados pela oportunidade, 31,1% motivados pela necessidade e 12,6% declaram que a mistura de motivos está na origem do negócio.

Na análise da atividade empreendedora no GEM 2010, verifica-se que entre as motivações para a criação de atividade empreendedora existe uma alteração em comparação com 2007. As principais diferenças registam-se ao nível da percentagem de motivados pela necessidade que, em 2007, era de 22,7% e, em 2010, passou a ser 31,1%, ou seja, sofreu um aumento de cerca de 8,4 pontos percentuais. Conclui-se haver um aumento de empreendedores que vêem a criação do seu próprio emprego como alternativa ao desemprego ou ao emprego por conta de outrem. Os indivíduos motivados pelo misto de necessidade e de oportunidade registaram uma diminuição passando de 21,1 % (2007) para 12,6% (2010) (Kelley *et al.*, 2011).

Para além dos motivos da necessidade e da oportunidade existem outras motivações referidas ao longo da literatura sobre este tema. Tais como a necessidade de obtenção de independência, o estatuto social, a realização pessoal ou ainda a simples criação de riqueza. A realização pessoal foi identificada por McClelland (1961), com o principal motivo para se tornar empreendedora e levar o seu negócio ao sucesso.

Para que um empreendimento tenha sucesso é necessário que haja uma constante inovação e adaptação a evolução dos mercados. Segundo Lezana & Tonelli (1998), o sucesso de um empreendedor depende de alguns fatores como:

- Fatores externos: relacionados com a macroeconomia e a situação económica dos países. A procura e oferta de um determinado produto numa economia é um fator externo ao poder do empreendedor, mas é fundamental ter em atenção o estado do mercado.
- Fatores internos: Um bom conhecimento de métodos e estratégias de gestão são essenciais para o crescimento e sucesso de qualquer atividade empresarial. A escolha dos seus recursos humanos e da sua estratégia comercial é igualmente fundamental ao bom funcionamento da sua empresa.
- Fatores relacionados com o empreendedor: Aspetos relacionados com as características do empreendedor influenciam o processo de criação e desenvolvimento de empresas. O sucesso dos empreendimentos está associado às características comportamentais de seus empreendedores.

O fracasso de uma empresa pode ser causado pela falta de capital, a falta de profissionais especializados ou funcionários com experiência ou mesmo uma administração e gestão ineficaz por parte do empreendedor. Fatores como um conhecimento inadequado do mercado, uma fraca qualidade dos seus produtos ou uma escolha errada para a localização da sua empresa por levar rapidamente a ineficiência do investimento (Degen, 1989).

Em Portugal, segundo o GEM 2010, 1,5% da população adulta desistiu de um negócio nos 12 meses anteriores à realização da sondagem. No entanto, o resultado é inferior ao registado no relatório GEM 2007 (2,6%) (Kelley *et al.*, 2011).

De acordo com os resultados anunciados pelo GEM 2010, 29,7% da população adulta portuguesa apontam como motivo a inexistência de lucro, 22,4% mencionam razões pessoais, 3,9% dizem ter surgido uma oportunidade de venda e 3,1% alegam os problemas de acesso a financiamento como causa para a cessação do seu negócio (Figura 18). Novas oportunidades de emprego ou negócio, a reforma, um incidente imprevisto ou ainda a simples retirada planeada surgem como outras causas para a extinção do seu negócio por parte dos restantes 40,9% da população (Kelley *et al.*, 2011).

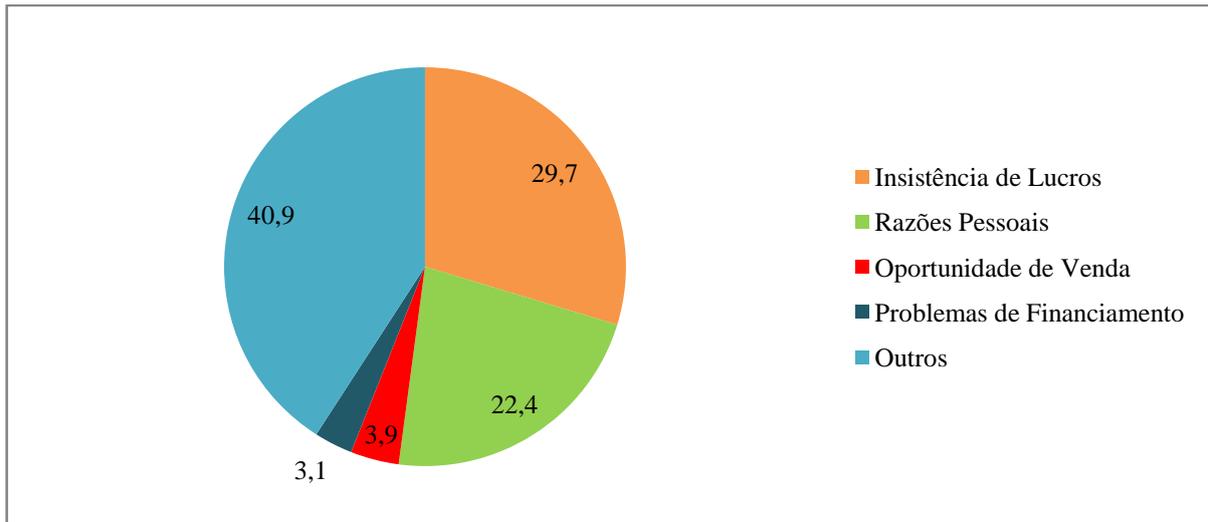


Figura 18. Razões para a desistência de negócios em Portugal (em %)

Fonte: Kelley *et al.* (2011).

Capítulo IV – Efeito do Empreendedorismo no Desemprego

Nesta secção é feita inicialmente uma revisão da literatura teórica e empírica sobre a relação entre empreendedorismo e desemprego. De seguida é apresentado o modelo utilizado para o presente estudo, bem como os seus resultados. Posteriormente é feita a discussão dos resultados, havendo comparação com alguns resultados encontrados na literatura.

4.1 Revisão bibliográfica sobre o tema

A revisão da literatura revela que a relação entre empreendedorismo e a taxa de desemprego há muito tempo que suscita a curiosidade dos investigadores. Esta correlação remonta a pelo menos Oxenfeldt (1943), que alegava que os indivíduos em situação de desemprego e as baixas perspectivas de novo emprego iriam fazer com que empreender e criar o seu próprio emprego se tornasse uma alternativa viável e, por vezes, a única que proporcionaria um futuro. Este tipo de pensamento é um prolongamento de Knight (1921), que refere que um indivíduo tem três escolhas possíveis para a sua situação profissional, nomeadamente: desemprego, autoemprego ou ainda emprego (por conta de outrem).

Paker (2006) refere que a relação entre empreendedorismo e desemprego pode ser descrita por dois efeitos: “*recession-push*” (empurrar) e “*prosperity-pull*” (puxar). O primeiro é descrito como sendo o efeito positivo das taxas elevadas de desemprego sobre a atividade empreendedora, ou seja, o desemprego reduz as oportunidades de emprego remunerado e, dessa forma, as pessoas são como que “empurradas” para o empreendedorismo. Um efeito secundário que complementa este fenómeno é que as empresas que fecham com o mau desempenho da economia disponibilizam equipamento em segunda mão, reduzindo as barreiras à entrada e facilitando a criação da sua própria empresa. Outros estudos apoiam esta conclusão e revelam uma relação positiva entre o desemprego e empreendedorismo (Blau, 1987; Evans & Jovanovic, 1989; Evans & Leighton, 1990; Blanchflower & Meyer, 1994).

O efeito “*prosperity-pull*” revela que quando existem taxas elevadas de desemprego, os que estão em autoemprego vêem a procura de mercado baixar, uma vez que o número elevado de desempregados têm um poder de compra reduzido. Consequentemente, os indivíduos em situação de autoemprego verificam uma redução dos seus rendimentos. Desta forma o efeito “puxa” os indivíduos para fora do autoemprego. Neste termo o efeito referido

torna mais arriscado empreender e torna o trabalho assalariado mais atrativo. Nesta situação a relação entre empreendedorismo e desemprego é negativa.

Na literatura empírica, o estudo da relação entre empreendedorismo e desemprego revela dois possíveis efeitos: o efeito “refúgio”, no qual o desemprego incentiva o empreendedorismo e o efeito “Schumpeter” ou “empreendedor”, onde o empreendedorismo reduz o desemprego (Thurik, 2003; Thurik & Verheul., 2003; Baptista *et al.*, 2006; van Stel *et al.*, 2007; Audretsch, 2008).

Quando o aumento do desemprego leva ao aumento da atividade empreendedora é verificado o efeito “refúgio” (van Stel *et al.*, 2007), isto porque quando um indivíduo se encontra numa situação de desemprego, a escolha de criar a sua própria empresa torna-se mais atrativa pelo custo de oportunidade ser mais diminuído.

A opção de criar o seu próprio emprego implica um custo de oportunidade, ou seja, tomando a decisão de empreender o indivíduo renuncia a alternativa de trabalho por conta de outrem que beneficia de algumas vantagens (férias, acesso a subsídios de desemprego, menos responsabilidade) e que por vezes é mais interessante a nível de remunerações. O custo da oportunidade de criar o seu próprio emprego tem sido alvo de estudo por Arora & Nandkumar (2011). Estes autores concluíram que empreendedores dispostos a aguentar custos de oportunidade maiores desejam, geralmente, atingir o sucesso rapidamente e, pelo contrário, empreendedores com baixo custo de oportunidade estão dispostos a esperar mais tempo. Custos de oportunidade altos podem significar lucros maiores mas igualmente uma maior tendência para falhar mais rapidamente. Consequentemente, os indivíduos com custos de oportunidade mais elevados são menos propensos a escolher o empreendedorismo como alternativa para a sua situação de desemprego.

A decisão de criar a sua própria atividade empresarial depende, principalmente, se o valor esperado de lucro é maior do que o custo de oportunidade de outras alternativas, de maneira a compensar a decisão de se tornar empresário (Shane & Venkataraman, 2000; Amit *et al.*, 1995). Outros autores, referem que os indivíduos irão criar o seu próprio negócio se for mais vantajoso do que continuar inativo ou se o seu subsídio de desemprego ser mais baixo que o lucro previsto de empreender. Se for o caso de um indivíduo que se encontra empregado, a decisão de enveredar pelo autoemprego é feita apenas se o seu salário atual for menor do que os lucros previstos (Bygrave & Crowling, 2003).

O efeito “refúgio” encontra alguns contrapontos tais como o facto dos desempregados, geralmente, tenderem a possuir menores qualificações e menor vocação do que é necessário para se iniciar e manter em funcionamento uma nova empresa (Barros & Pereira, 2008). O desemprego por natureza é causa de um nível de riqueza pessoal inferior, o que implica menor capacidade financeira para iniciar uma atividade independente. Para além destas consequências negativas provocadas pelo desemprego, este pode também estar correlacionado com um fraco crescimento económico ou mesmo estagnação que reduz o número de oportunidades de negócio, o que leva a uma probabilidade inferior de um indivíduo se tornar empreendedor (Audretsch, 1995).

Neste ponto de vista, uma taxa de desemprego elevada também pode estar associada com um baixo nível de atividade independente. Portanto, o aumento de desemprego poderia causar um efeito negativo sobre a taxa de autoemprego, originando o efeito “*prosperity-pull*” (Parker, 2004).

Existe uma ambiguidade entre os dois efeitos que se possam encontrar. Enquanto alguns estudos verificaram que uma maior taxa de desemprego é um incentivo à criação de empresas, havendo então um efeito positivo, como Evans & Leighton (1990), outros como Garofoloi (1994) Audretsch & Fritsch (1993) afirmam haver um efeito negativo, ou seja, o desemprego reduz a atividade económica e, por sua vez, reduz a possibilidade de criação de empresas.

O segundo efeito revelado pela literatura é chamado de efeito “Schumpeter” ou “empreendedor” (Baptista & Thurik, 2007). Este efeito demonstra que a variação positiva da taxa de autoemprego diminui a taxa de desemprego. Este efeito é causado pelo facto de novas empresas contratarem novos funcionários originando uma possível diminuição futura da taxa de desemprego (Lin *et al.*, 1998; Pfeiffer & Reize, 2000). O aumento da atividade empreendedora, segundo van Stel (2005), pode ter reflexos em toda a economia de um país. O aumento do número de empresas influencia o mercado, através do aumento da concorrência e produtividade.

Carree *et al.* (2007) identificaram a existência de um efeito de diminuição do desemprego causado pelo empreendedorismo. Destacaram um nível ótimo de autoemprego para cada economia e verificaram que um nível de autoemprego demasiado elevado pode levar a um efeito contrário, ou seja, a um menor crescimento económico. A presença elevada

de micro e pequenas empresas numa economia pode ser uma característica reveladora de economias pobres, com reduzida inovação e desenvolvimento.

A causa da relação negativa entre empreendedorismo e desemprego criada pelo efeito “Schumpeter” pode ter resposta na controvérsia que suscita a literatura em torno da Lei Gibrat⁵. A teoria diz que o crescimento das empresas é independente dos seus tamanhos. Nesse sentido, a Lei Gibrat sugere que se um indivíduo mudar de emprego de uma empresa grande para um emprego numa empresa mais pequena, esta mudança não deverá ter qualquer impacto sobre o emprego total. A Lei de Gibrat refere que as taxas de crescimento esperadas de ambos os tipos de empresas são idênticas, ou seja, uma empresa pequena tem a mesma capacidade de crescimento do que uma empresa grande e, desta forma, o impacto no emprego é o mesmo. No entanto, existem fortes evidências empíricas que mostram que a Lei de Gibrat não representa corretamente a realidade. Segundo os estudos de Sutton (1997) e de Caves (1998), as empresas de menor dimensão têm maiores taxas de crescimento do que empresas maiores. Esta conclusão é sustentada pela descoberta presente nos estudos realizados por Evans (1987), Hall (1987) e Dunne *et al.* (1988), os quais afirmam que o crescimento de uma empresa está negativamente relacionado com o seu tamanho e idade. Estes resultados foram confirmados em praticamente todos os estudos realizados posteriormente, independentemente da metodologia utilizada, do período ou país.

Alguns trabalhos indicam que o efeito do tamanho e idade no empreendedorismo desaparece com a antiguidade de uma empresa e com o aumento do emprego (Hart & Oulton, 1999). As conclusões até aqui retiradas mostram que as pequenas empresas crescem mais rápido do que as grandes empresas. Neste caso, se as taxas de crescimento das pequenas empresas forem sistematicamente superior as taxas das suas homólogas maiores, o seu impacto no emprego não será neutro tal como refere a Lei Gibrat. Pelo contrário, o aumento de pequenas empresas deverá diminuir a taxa de desemprego. Aplicando estas conclusões ao nível macroeconómico, uma maior presença de pequenas empresas poderá contribuir positivamente para o desenvolvimento e desempenho de uma economia. Consequentemente, implicará uma possível descida da sua taxa de desemprego (Audretsch & Thurik, 2001).

A teoria de pequenas empresas terem maior crescimento tem alguns contrapontos tais como o facto das novas empresas apresentarem baixas taxas de sobrevivência. Geralmente, as

⁵No início do século XX, Gibrat estabeleceu que a taxa de crescimento de uma empresa não depende do seu tamanho, o que ficou conhecido na literatura como a Lei de Gibrat (Sutton, 1997).

empresas pequenas encontram dificuldade em ter crescimento e a entrar nos mercados, e têm uma taxa de penetração extremamente baixa (Geroski, 1995).

Nos últimos anos, é possível encontrar estudos empíricos realizados com a finalidade de responder ao facto se existe um efeito do empreendedorismo sobre a taxa de desemprego. Os resultados são ambíguos e existem opiniões controversas.

Os estudos empíricos confirmam a existência do efeito “Schumpeter”, o empreendedorismo reduz a taxa de desemprego. É igualmente referido que o efeito identificado é consideravelmente mais forte do que o efeito “refúgio”(Audretsch *et al.*, 2008). No entanto, nem todos os estudos empíricos tiram conclusões tão diretas como nos casos pesquisados no Reino Unido (Thurik, 2003), Portugal (Baptista & Thurik, 2007; Baptista & Preto, 2007), ou ainda em Espanha (Thurik & Verheul, 2003). Não foi possível avaliar claramente a relação entre empreendedorismo e desemprego devido à existência de diferentes tipos de empreendedorismo, bem como de fatores socioculturais e às situações económicas próprias décadas país.

A relação existente entre empreendedorismo e desemprego no Reino Unido, analisada por Thurik (2003), no período de 1974 a 1998, apurou que o tecido empresarial era maioritariamente constituído por pequenas empresas e o ambiente sociocultural era diferente dos restantes 23 países da OCDE com os quais eram feitas as comparações. Mais de 60% das empresas inglesas não tinham empregados e cerca de 95% tinham menos de 10 trabalhadores. No Reino Unido, as grandes empresas captam a maioria do emprego total, o que aumenta o seu efeito sobre o desemprego em relação as empresas pequenas (Thurik, 2003). Em relação ao ambiente empresarial, Inglaterra apresenta um meio favorável a criação de empresas e de autoemprego, uma vez que com base nas autorizações, licenças, procedimentos e custos administrativos, o país mostra níveis de barreiras ao empreendedorismo reduzidas, ao contrário de Portugal (Bygrave *et al.*, 2001 e OCDE, 2001).

No estudo para o caso português durante o período compreendido entre 1972 e 2002, os resultados foram semelhantes ao Reino Unido. Baptista e Thurik⁶ (2007) concluíram que Portugal era um *outlier*⁷ em relação aos outros países da OCDE selecionados para esse

⁶Roy A. Thurik realizou inúmeros estudos similares nomeadamente no Reino Unido, Espanha, Japão e alguns países da OCDE. Pode se identificar algumas das conclusões retiradas no quadro resumo da bibliografia. Ver Quadro 5.

⁷ Portugal apresentou valores atípicos distinguindo-se dos outros países em análise.

estudo. Referem mesmo que a estimativa do modelo apresenta valores elevados e assimétricos em relação a taxa de desemprego real. Perante as diferenças de resultados, foram apontadas como causas o tipo de empreendedorismo e o ambiente económico português. O estudo revela que Portugal apresenta características diferentes dos restantes países o que poderia ser tomado como a causa das assimetrias identificadas mas os resíduos do modelo apontam para outras causas, relacionadas nomeadamente com medidas políticas e com o desfasamento temporal entre a criação de autoemprego e o seu efeito sobre o desemprego.

Portugal, na década de 70, apresenta um tecido empresarial principalmente constituído por pequenas empresas que se dedicam à agricultura e apenas para sustento, não criando grande crescimento económico. Audretsch *et al.* (2008) revelam que este tipo de pequenas e microempresas são uma característica dos países do sul (Espanha, Itália, Grécia), o que implica um número elevado de posse de negócios. O impacto deste tipo de empresas sobre a taxa de desemprego é pequeno o que pode explicar os valores assimétricos estimados por Baptista & Thurik (2007), uma vez que o modelo sobrestima o efeito “empreendedor” sobre o desemprego.

Existem estudos que retiram conclusões para um país específico (ver Quadro 5) mas para se ter uma visão mais alargada da influência do empreendedorismo na taxa de desemprego é necessário analisar trabalhos nos quais são observados um grande número de países como os de Audretsch & Thurik (2001) ou Bygrave & Crowling (2003).

Durante um estudo efetuado aos países da OCDE, Audretsch & Thurik (2001) verificaram a existência de ambos os efeitos “Schumpeter” e “refúgio”. Referiram ainda que países capazes de aproveitar o empreendedorismo baseado no conhecimento e na tecnologia irão possivelmente registar maior crescimento e redução do desemprego, ainda que exista necessidade de políticas que incentivem a criação de pequenas empresas, o que seria benéfico para o crescimento.

Numa outra investigação empírica realizada por Bygrave & Crowling (2003), a 37 países do GEM, o objetivo principal visa captar as relações entre taxas de empreendedorismo por necessidade e os fatores relacionados com desemprego (prestações segurança social, desemprego jovem, barreiras à entrada no mercado). O empreendedorismo por necessidade aconteceu por falta de alternativa a falta de rendimentos ou de trabalho. A fim de estimar a relação existente entre os dois foram utilizados dados seccionais do GEM 2002. Concluíram a

existência de uma relação entre empreendedorismo por necessidade e o desemprego, que mostra que este último aumenta aquele tipo de empreendedorismo, mas se a taxa de desemprego estiver demasiado alta, no momento de iniciar atividade, então o empreendimento, simplesmente, não se realiza. O documento revela, ainda, que existe uma tendência na qual os países com percentagem de desemprego jovem (com menos de 25 anos) mais elevado terão uma taxa de empreendedorismo por necessidade mais elevada. Desta forma, em alguns países tais como Brasil, Chile, Argentina e Índia, existe uma maior predisposição por parte dos desempregados em criar o seu próprio emprego quando os postos de trabalho por conta de outrem são escassos.

As causas principais apontadas para o desemprego jovem são o abrandamento significativo das economias, que reduziu a capacidade das empresas de assegurar o nível de emprego, mas também devido a baixas qualificações profissionais e baixo nível de escolaridade, como é o caso de grande parte dos desempregados em Portugal (Centeno *et al.*, 2009). Desta forma a única oportunidade de alguns deles trabalharem passará por criar o seu próprio emprego.

Os subsídios de desemprego, de sobrevivência ou de outro tipo, entregues pela Segurança Social à população desempregada, podem constituir uma causa para que os desempregados não queiram alterar a sua situação de emprego até a data do fim dos subsídios. Nos países nos quais os subsídios auferidos pelos desempregados são elevados, a taxa de empreendedorismo é inferior aos restantes países nos quais os valores recebidos são menores. Desta forma conclui-se que os subsídios de desemprego têm um efeito negativo sobre o número de empresas criadas e que se registam nos países onde os sistemas sociais são generosos (Bygrave & Crowling, 2003).

Ao longo da consulta de literatura, grande parte dos trabalhos empíricos considera apenas as variáveis taxa de autoemprego e taxa de desemprego (Thurik, 2003; Baptista *et al.*, 2006; Audretsch, 2008; Thurik & Verheul., 2003; van Stel, 2007). É igualmente possível encontrar diferentes metodologias de investigação (Barros & Pereira, 2008; Lasch *et al.*, 2007; Bygrave & Crowling, 2003), nas quais o efeito entre empreendedorismo e desemprego é analisado com ajuda de variáveis como o crescimento do PIB ou ainda a densidade populacional, a procura de mercado, o número de empresas existentes, o grau de escolaridade, o rendimento *per capita* entre outros.

No caso do Brasil, Barros & Pereira (2008), fazem a analogia entre empreendedorismo (oportunidade e necessidade) e desemprego, para o período de 2000 a 2003, em 853 municípios, usando o crescimento económico como uma variável independente em conjunto com a taxa trabalhadores por conta própria, para explicar a variação da taxa de desemprego. O trabalho revela existir uma forte associação entre empreendedorismo e desemprego. Quanto maior a atividade empreendedora do município, menor a taxa de desemprego, mas também é demonstrado que o efeito do empreendedorismo sobre o crescimento económico é negativo. Os locais onde as estatísticas registaram maior atividade empreendedora no ano 2000, acabaram por registar um crescimento menor do PIB nos três anos seguintes. Os diferentes tipos de empreendedorismo têm diferentes impactos no crescimento económico, como refere a literatura da especialidade. Audretsch & Thurik (2001) referem que o empreendedorismo baseado no conhecimento ou em bases científicas deverá ter um impacto maior no crescimento do que as atividades empresariais não qualificadas.

A revisão da literatura teórica e empírica revela que os dois efeitos existem e há uma ambiguidade nas conclusões a tirar da relação entre empreendedorismo e desemprego. Haverá um efeito positivo ou negativo? Uma possível resposta poderá ser que existe ambos os efeitos.

De seguida, apresenta-se um quadro resumo dos principais estudos empíricos que abordam o tema do efeito do empreendedorismo no desemprego, resumindo e agrupando as principais conclusões retiradas pelos diferentes autores.

Quadro 5: Principais Estudos empíricos sobre a temática

Trabalhos	Dados	Varáveis	Principais conclusões
Audretsch <i>et al.</i> (2001).	23 Países OECD, entre 1974 e 1998	Nº de empreendedores, nº de desempregados, nº de empregados por tipo de empresa	Confirmaram as duas relações existentes entre empreendedorismo e desemprego. Mudanças no desemprego têm um impacto positivo sobre empreendedorismo. Ao mesmo tempo, as mudanças no empreendedorismo têm um impacto negativo sobre o desemprego subsequente. Níveis de empreendedorismo e desemprego variam consideravelmente entre os países analisados.
Bygrave <i>et al.</i> (2003)	37 Países do GEM 2002, em 2002	Empreendedorismo por necessidade, desemprego, desemprego jovem, população que recebe pensões, subsídios da segurança social e barreiras a entrada	Foi verificada uma relação entre o empreendedorismo por necessidade e o desemprego. Esta relação demonstra que um aumento da taxa de desemprego faz com que haja um acréscimo deste tipo de empreendedorismo. Em contrapartida, caso o desemprego seja demasiado elevado, no momento de iniciar atividade, então o empreendimento não se realiza e deixa-se de criar uma nova empresa.
Thurik & Verheul (2003)	Espanha	Taxa de desemprego, taxa de autoemprego e uma variável <i>dummie</i> de tempo	A estrutura industrial espanhola é caracterizada por níveis elevados de desemprego e de autoemprego, sugerindo que a quantidade de autoemprego não contribui significativamente para a redução do desemprego em Espanha. A possível redução do desemprego é explicada por um aumento na qualidade do trabalho independente.
Thurik (2003)	Reino Unido, entre 1974 e 1998	Taxa de desemprego e taxa de autoemprego	Concluíram que o Reino Unido é um relativo <i>outlier</i> em relação a outros países da OCDE. Os autores introduzem o conceito de custo de oportunidade na análise da relação entre os dois conceitos. Referiram que o empreendedorismo tem um efeito reduzido sobre o problema do desemprego.
Baptista <i>et al.</i> (2006)	Portugal, entre 1974 e 2002	Taxa de desemprego, taxa de autoemprego e uma variável <i>dummie</i> de tempo	A estrutura industrial portuguesa é fortemente caracterizada pela predominância de microempresas e pelo empreendedorismo de necessidade, e não por empreendedorismo causa do reconhecimento de uma oportunidade.
Baptista & Thurik (2007)	Portugal, entre 1972 e 2002	Taxa de desemprego e taxa de autoemprego	Portugal é um <i>outlier</i> em relação a outros países da OCDE que entram na análise. Foi apontado o grande número de microempresas como causa para o pouco impacto que o empreendedorismo tem sobre o desemprego e o crescimento económico. É igualmente referido que existe uma provável diminuição do empreendedorismo de subsistência desde a entrada na EU.

Quadro 5: Principais Estudos empíricos sobre a temática (Continuação)

Trabalhos	Dados	Varáveis	Principais conclusões
Baptista & Preto (2007)	Portugal, entre 1983 e 2000	Taxa de desemprego por regiões e taxa de <i>start up's</i> por regiões	Os resultados empíricos confirmam que a relação entre desemprego e empreendedorismo é ambígua, independentemente da medida utilizada para calcular os aumentos na atividade empresarial
Thurik <i>et al.</i> (2007)	Japão, entre 1972 e 2002	Taxa de desemprego, taxa de autoemprego e uma variável <i>dummie</i> de tempo	Os efeitos do empreendedorismo sobre o desemprego não são diferentes quando comparado a outros países da OCDE. No passado, existia grande número de pequenas empresas no Japão mas nos presente inicia-se um ambiente propicio a criação de novos empreendimentos Os autores defendem que o governo japonês deve estimular ativamente uma cultura empreendedora.
Laschet <i>et al.</i> (2007)	França, entre 1993 e 2001	Densidade populacional, procura de mercado, Tamanho médio da empresa, Qualificações, Desemprego, Grau de diversificação, Estrutura da indústria, Rendimentos, Nível de imposto e Qualidade de vida	A localização das empresas tem influência sobre a taxa de empreendedorismo. Foi identificado um efeito inverso da taxa de desemprego sobre o empreendedorismo e foi igualmente apontado o aumento de população e os níveis alto de escolaridade como incentivo ao aumento atividade da taxa de empreendedorismo.
Audretsch <i>et al.</i> (2008).	23 Países OECD, entre 1974 e 2002	Taxa de desemprego e taxa de autoemprego	Os resultados empíricos confirmam a existência de duas relações distintas entre o desemprego e o autoemprego. Os efeitos "empreendedores" são consideravelmente mais forte do que o efeito "refúgio".
Barros & Pereira (2008)	Brasil, entre 2000 e 2003	PIB, taxa de empreendedorismo e taxa de desemprego	O Brasil demonstra ter essencialmente um empreendedorismo de necessidade. O estudo revela existir uma forte associação entre empreendedorismo e desemprego, verifica que quanto maior a atividade empreendedora do município, menor a taxa de desemprego. Mas também é demonstrado que o efeito do empreendedorismo sobre o crescimento económico é negativo

4.2 Apresentação do modelo utilizado

Para analisar a problemática em questão foi utilizado um modelo inspirado nos estudos já realizados por Batista & Thurik (2007), Thurik (2003) e Audretsch *et al.* (2001). Este método foi selecionado em detrimento de outros, utilizados na literatura, uma vez que relaciona diretamente a taxa de empreendedorismo com a taxa de desemprego sem introduzir qualquer outra variável na estimação. No presente estudo, a análise econométrica é feita sobre Portugal e visa identificar os efeitos “Schumpeter” e “Refúgio”, mas será dada maior importância ao efeito “Schumpeter”, uma vez que é o efeito que se pretende identificar com a principal hipótese a testar. Este efeito define que o aumento da taxa de empreendedorismo, ou seja, um aumento da criação de empresas implica um crescimento económico e um aumento dos níveis de emprego que por sua vez poderá provocar a descida da taxa de desemprego (Batista & Thurik, 2007).

Os dados utilizados são anuais, em série temporal, referentes a Portugal durante o período de 1980 a 2012, perfazendo um total de 33 observações. A hipótese a testar é se de um aumento de autoemprego (criação do próprio emprego) no país resulta uma diminuição consequente da taxa de desemprego, para tal será utilizada a seguinte equação:

$$(1) U_t - U_{t-L} = a + \beta (E_t - E_{t-2L}) + \delta (U_t - U_{t-2L}) + e_t$$

Na equação, U representa a taxa de desemprego e E representa a taxa de autoemprego (taxa de trabalhadores por conta própria). Por sua vez, e define o coeficiente de erro. O índice t refere-se ao ano e L para o intervalo de tempo.

Foi decidido utilizar um desfasamento de 2, 4 e 6 anos ($L=2$, $L=4$ e $L=6$). À semelhança de Batista & Preto (2007), o desfasamento mínimo utilizado foi de dois. A iniciativa de inserir de mais desfasamentos deve-se ao facto da revisão da literatura demonstrar que o impacto das empresas no desemprego não é instantâneo, sendo necessário um certo número de anos para a empresa crescer.

Caso o efeito “Schumpeter” se verifique, prevê-se que o coeficiente β seja negativo para se verificar a hipótese testada.

A fim de complementar o estudo, será também testado se o aumento de empreendedorismo resulta de um aumento da taxa de desemprego, efeito “refúgio” (van Stel *et*

al., 2007). Portanto, prevê-se um γ positivo que confirmaria a segunda hipótese. Para tal será calculado o seguinte modelo:

$$(2)E_t - E_{t-L} = \kappa + \gamma (U_{t-L} - U_{t-2L}) + \mu (E_{t-L} - E_{t-2L}) + e_t$$

A semelhança da equação anterior, U representa a taxa de desemprego, E representa a taxa de autoemprego. O índice t refere-se ao ano e L para o intervalo de tempo.

Será utilizado o Método dos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP), que é uma extensão dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Foi dada preferência aos MQP uma vez que este método atribui menos peso às observações com uma variância de erro mais alta o que serve de correção à heterocedasticidade que se pode encontrar no método dos MQO. Uma vez que os MQO atribuem pesos iguais a todas as observações, este método seria mais adequado quando o erro seria homocedástico (Wooldridge, 2012).

De modo a que os MQP sejam calculados é necessário identificar as variáveis de ponderação que foram consideradas de peso. Para a equação (1) foi a taxa de empreendedorismo e, no caso da equação (2), a variável taxa de desemprego será a variável de peso.

O modelo apresentado foi selecionado de entre as diferentes metodologias existentes na literatura. Não foram retidos os modelos que não relacionam de forma tão direta a taxa de empreendedorismo com a taxa de desemprego, sem introduzir qualquer outra variável. Independentemente da metodologia utilizada, a maioria da literatura mostra que os resultados obtidos são semelhantes entre os estudos. Os resultados mais ambíguos são causados pelas características próprias de cada país e a as suas diferentes situações económicas ou ainda medida políticas tomadas. No caso do estudo desenvolvido por Barros & Pereira (2008), o modelo incide ao nível municipal e engloba o crescimento na sua equação, tornando-o desadequado para registar apenas o efeito do empreendedorismo sobre a taxa de desemprego. O efeito do crescimento económico torna menos perceptível o efeito empreendedor que é desejado analisar. Independentemente da introdução do crescimento económico neste modelo, os seus resultados foram semelhantes aos que se pretendem verificar na equação (1). Barros & Pereira (2008) concluem que o β é negativo, ou seja, um aumento de empreendedorismo reduz a taxa de desemprego e isso independentemente do crescimento do PIB.

Foi ainda dada preferência a uma visão geral do empreendedorismo e não se limitou apenas a um dos tipos, ou seja, o empreendedorismo pode ser interpretado como sendo de oportunidade ou de necessidade. A metodologia usada por Bygrave & Crowling (2003), apenas analisa o empreendedorismo por necessidade e a sua relação com o desemprego. Como o modelo utilizado se foca apenas sobre uma das vertentes do empreendedorismo, não foi retido para a finalidade deste estudo.

Constata-se, portanto, que é possível extrair resultados semelhantes utilizando diferentes metodologias e cada uma delas introduz mais ou menos variáveis. Uma vez que o modelo selecionado foi aplicado em outros estudos sobre a temática (Batista & Thurik, 2007; Thurik, 2003 e Audretsch *et al.*, 2001) e cumpre o objetivo principal deste estudo que visa verificar uma relação bem específica entre os dois conceitos, foi decidido não envolver outras variáveis que possam interferir nesta relação.

4.3 Resultados da Aplicação do Modelo

Os dados recolhidos são relativos a Portugal no período de 1980 a 2012, proporcionando 33 observações (Anexo nº 3). Nos dados referentes à taxa de desemprego verificam-se duas quebras de série ao longo dos anos em análise, causadas por alterações de metodologia na recolha dos dados, como foi o caso de 2011, ou ainda devido a alteração da idade mínima considerada, que a partir de 1998 passou a ser de 15 anos.

Contrariamente a alguns dos trabalhos realizados sobre o tema, a análise não foi efetuada a partir da base de dados COMparative ENTrepreneurship Data for International Analysis (COMPENDIA)⁸. As últimas atualizações destes dados foram feitas por André van Stel (2003 e 2004) e van Stel *et al.* (2010). Desta forma foi dada preferência a dados secundários provenientes do INE e recolhidos através da base de dados Pordata.

No Quadro nº6, abaixo apresentado, estão os resultados referentes aos MQO e MQP que estimam a equação (1). Para apurar resultados são usados três desfasamentos sendo de 2, 4 e 6 anos. Perante uma amostra de 33 observações foi determinado que 6 anos de desfasamento seria o máximo de forma a não haver um desfasamento excessivo que diminuiria a dimensão de dados. Os desfasamentos são justificados pelo facto do empreendedorismo não ter um impacto instantâneo na taxa de desemprego, isto porque é necessário um determinado número de anos para que uma empresa possa crescer e necessitar de contratar novas pessoas e, dessa forma, poder contribuir para uma possível diminuição do desemprego (Thurik, 2003).

⁸A base de dados COMPENDIA contém dados harmonizados sobre 18 variáveis para 30 países da OCDE, desde do ano de 1970. Retirando os seus dados principalmente de relatórios da OCDE.

Quadro6: Resultados da Estimação (Equação 1)

Modelo	MQO	MQP	MQO	MQP	MQO	MQP
Anos	1984-2012		1988-2012		1992-2012	
Desfasamento	2		4		6	
Nº de Observações	29		25		21	
α	0,1092	0,0381	-0,2530	-0,3898	1,8908 **	1,7358 **
	(0,3190)	(0,1135)	(-0,4067)	(-0,6553)	(2,135)	(2,0337)
β	-0,4226 **	-0,4301 **	-0,8142 ***	-0,7873 ***	0,39725	0,4177
	(-2,0642)	(-2,1382)	(-2,8209)	(-2,8349)	(1,0937)	(1,2105)
δ	0,5452 **	0,5220 **	-0,2105	-0,2565	-0,2570	-0,3370
	(-2,6834)	(-2,5601)	(-0,9434)	(-1,1733)	(-0,9217)	(-1,2481)
R^2	0,2654	0,2540	0,3310	0,3549	0,0842	0,1172

Entre parênteses são apresentados os valores do rácio-t. Os resultados da regressão de MQP usam a taxa de autoemprego como variável de ponderação.

*** Significância de 1%

** Significância de 5%

* Significância de 10%

Tal como era previsto anteriormente para que o efeito “Schumpeter” seja identificado, o coeficiente β teria de ser negativo. O facto de no modelo β ser negativo significa que uma variação positiva da taxa de empreendedorismo terá um efeito negativo sobre a variável em estudo, neste caso a taxa de desemprego. É possível verificar que para um desfasamento de 2 e 4 anos o coeficiente β é efetivamente negativo. Portanto, a estimação demonstra que existe um efeito de diminuição sobre a taxa de desemprego por parte do empreendedorismo. Destaca-se o desfasamento de 4 anos que tem uma significância estatística maior do que o desfasamento de 2 e 6 anos. Independentemente deste facto, os efeitos de $L=2$ são semelhantes a $L=4$. Como previsto, o desfasamento maior de 6 anos revela resultados diferentes, pois contrariamente ao previsto, β passa a ser positivo, ou seja demonstra que o aumento de empreendedorismo dá origem ao aumento do desemprego. No entanto, não será considerado $L=6$ visto já não ter significância estatística.

Sendo R^2 medido de 0 a 1, é importante ter em atenção o coeficiente de determinação, indica o quanto o modelo é capaz de explicar os valores da variável observada, neste caso a taxa de desemprego. No presente caso, para um desfasamento de 4 anos, o modelo representa cerca de 35,5% da realidade. No caso de um desfasamento de 6 anos verifica-se que R^2 diminui substancialmente em relação aos outros dois desfasamentos, portanto conclui-se que um aumento de desfasamentos diminuiria a eficiência do modelo em explicar a taxa de desemprego.

Os resultados obtidos pela estimação sugerem que existem outras variáveis que interferem na relação entre empreendedorismo e desemprego. Existem outras variáveis que interferem nesta relação, tal como se verificou na revisão da literatura. Por sua vez o coeficiente δ atribuído ao desemprego é também negativo para os desfasamentos de 4 e 6 anos o que significa que existe um efeito cíclico do desemprego. Batista & Thurik (2007) sugerem que esta situação seja devida a medidas políticas impostas. O efeito ciclo entre desemprego e empreendedorismo foi analisado por Faria *et al.* (2009), numa amostra constituída pela Irlanda, Inglaterra, EUA e Espanha, tendo concluído que os ciclos se repetem num intervalo entre 5 e 10 anos.

A relação entre empreendedorismo e a taxa de desemprego existe, como se pode constatar a partir dos resultados retirados da Equação (1). De forma a complementar o estudo da relação entre os dois conceitos, foi aplicado o método dos MQP à equação (2), para verificar o segundo efeito sob estudo.

No Quadro nº 7 são apresentados os resultados da estimação da equação (2). Para que o desemprego tenha um efeito positivo sobre o empreendedorismo é necessário que γ seja positivo e se possa verificar o efeito refúgio descrito no ponto 4.2 de revisão da literatura. O efeito de “refúgio” é confirmado com um desfasamento de 2 anos mas a sua maioria é atribuída à constante do modelo (κ).

Quadro 7: Resultados da Estimação (Equação 2)

Modelo	MQP	MQP
Anos	1984-2012	1988-2012
Desfasamento	2	4
Nº de Observações	29	25
K	-0,89 ** (-2,68)	-2,13 *** (-4,64)
Γ	0,06 (0,32)	-0,02 (-0,12)
M	-0,34 * (-1,80)	-0,37 * (-1,84)
R²	0,11	0,14

Entre parênteses são apresentados os valores do rácio-t. Os resultados da regressão de MQP usam a taxa de desemprego como variável de ponderação.

*** Significância de 1%

** Significância de 5%

* Significância de 10%

4.3.1 Análise dos Resíduos

Os resíduos para Portugal durante o período de 1988-2012 estão apresentados na Figura 19, por sua vez, os valores de desemprego observados e previstos pelo modelo (1) estão representados na Figura 20. Os valores dos resíduos obtidos indicam se o modelo subestima (valor residual positivo) ou sobrestima (valor residual negativo) as variações da taxa de desemprego. Os valores estimados dos resíduos são obtidos através da equação:

$$(3) e_t = U_t - U_t^p$$

onde U_t é a taxa de desemprego observada e U_t^p é a taxa de desemprego previsto pelo modelo na equação (1) com desfasamento $L=4$.

Verifica-se que os valores dos resíduos apresentam alguma assimetria uma vez que os seus valores diferem ao longo do período analisado de uma forma significativa, passando de negativos a positivos, alternadamente.

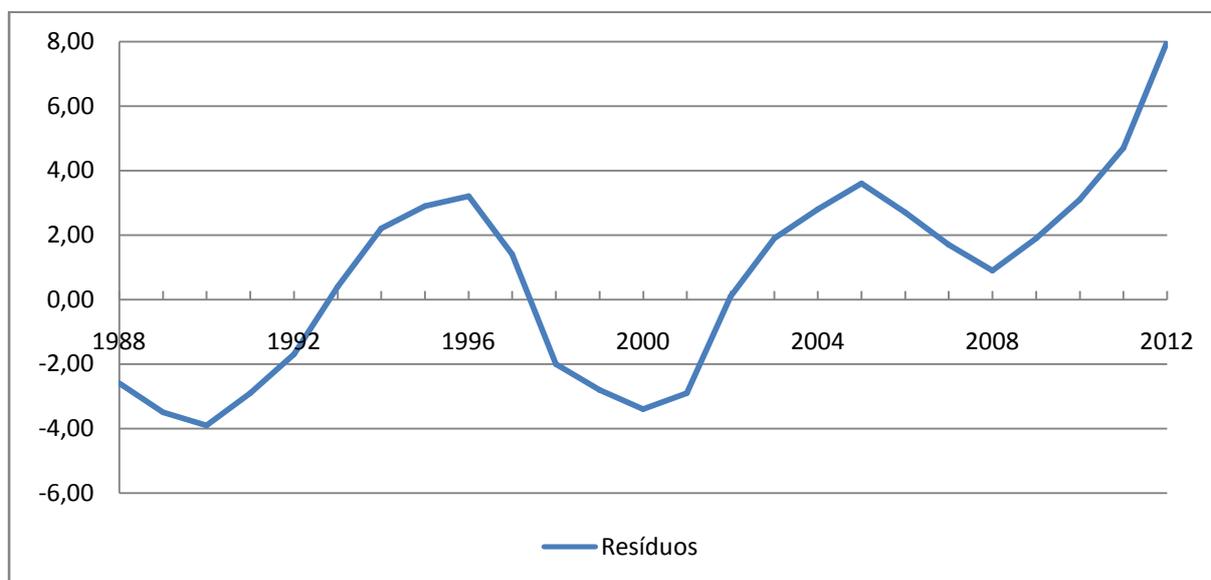


Figura 19. Resíduos do modelo (1) para período de 1988-2012

Os resíduos são negativos nos períodos de 1988 a 1992, 1998 a 2001, ou seja para estes intervalos de tempo o modelo sobrestimou a taxa de desemprego. Durante os anos de 1993 a 1997 e de 2002 até 2012 os valores dos resíduos são positivos, o que indica uma subestimação dos valores previstos. Significa que nestes períodos os valores reais observados da taxa de desemprego foram constantemente sobre e subestimados.

Na Figura 20, é possível verificar que os valores preditos situam-se acima dos valores observados quando os resíduos (Figura 19) são negativos e vice-versa.

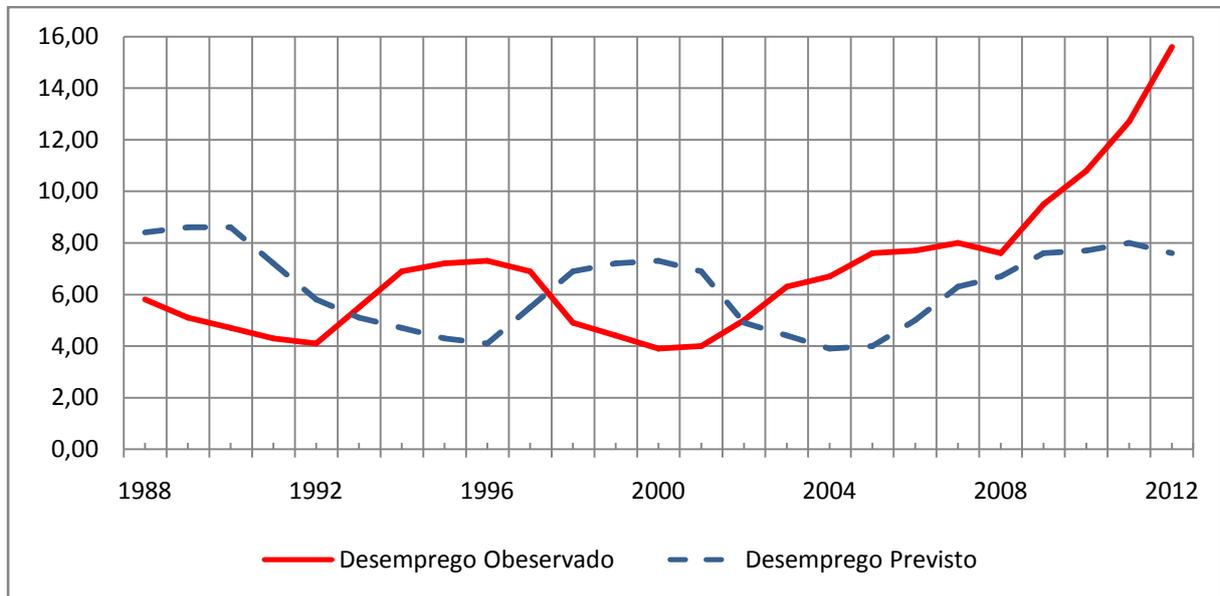


Figura 20. Valores observados *versus* valores previstos pelo modelo (1), para período de 1988-2012, em Portugal.

Os gráficos acima apresentados revelam uma disparidade entre os valores reais de desemprego e os valores que o modelo previu. Esta diferença pode ser explicada pelo ambiente socioeconómico do país e, ainda, pelo seu desempenho macroeconómico durante o período em análise.

4.4 Discussão de Resultados

Os resultados do Quadro 6 vão ao encontro de outros trabalhos efetuados sobre o tema. O facto de β ser negativo confirma que existe um efeito “Schumpeter”, onde um aumento da taxa de empreendedorismo implica uma diminuição da taxa de desemprego subsequente. Isto contrapõe-se à Lei de Gibrat confirma os estudos que empiricamente não a verificam (Sutton, 1997 e Caves, 1998), uma vez que Portugal revela ter um empreendedorismo formado essencialmente por pequenas empresas.

Na Figura 20 é possível verificar que existe divergência entre os valores estimados e os valores observados para a taxa de desemprego em Portugal, entre 1988 e 2012, ou seja, existe assimetria nos resíduos. Esta conclusão foi já verificada por Batista e Thurik (2007), na análise desenvolvida no período de 1984-2002, tendo Portugal sido considerado um *outlier*⁹ em relação a outros países da OCDE.

Parte das diferenças registadas entre os valores observados e previstos poderia ser explicada, simplesmente, pela natureza do empreendedorismo e do ambiente socioeconómico português, como já foi referido. No entanto, a assimetria dos resíduos sugere que outros fatores económicos são suscetíveis de ter desempenhado um papel significativo.

No período em análise, a estrutura empresarial portuguesa mudou significativamente mostrando uma tendência para a diminuição do peso da agricultura e um aumento do peso dos serviços, mas ainda assim uma grande percentagem do autoemprego é representado por muitas pequenas empresas, tal como na década de 70 e 80. Esta conclusão também é referida por Baptista & Thurik (2007), com a entrada de Portugal na UE, o empreendedorismo deveria gradualmente perder a sua característica que o associa a “necessidade”. A persistência de percentagens elevadas de autoemprego pode sugerir um efeito “*push*” (Parker, 2004) ou “refúgio” (van Stel *et al.*, 2007), provocado pelas taxas crescentes de desemprego. A equação (2) não verifica este tipo de efeito de forma significativa em Portugal, o que pode levar a conclusão que o efeito Schumpeter é mais significativo em Portugal do que o efeito “refúgio”.

Portugal deu entrada na EU em 1986, período durante o qual o país teve acesso a fundos de coesão principalmente dirigidos à melhoria de infraestruturas e que colocaram a

⁹Resíduos estimados para a Espanha também são relativamente alta - veja Thurik *et al.* (2003). Para uma análise de resíduos do Reino Unido, ver Thurik (2003) ou ainda van Stel *et al.* (2007) para análise ao Japão.

economia numa tendência de crescimento (Aguiar, 2010). Os fundos tiveram um efeito positivo sobre o emprego mas não afetando a taxa de posse de negócios anterior a data da integração. Assim, a sobrestimava que o modelo faz da taxa de desemprego em 1988 e 1992 por ser explicada pelo efeito positivo que os financiamentos tiveram sobre o emprego, onde a taxa de desemprego observada se encontra significativamente abaixo da taxa prevista pelo modelo (1). Estes resultados vão ao encontro de Aguiar (2010) que refere que o efeito positivo dos fundos deverá ter acabado após o início da década de 90.

Efetivamente, a previsão do modelo muda de uma sobrestimação para uma subestimação das taxas de desemprego, depois de 1992 (exceto em 2000) (ver Figura 20). Este fenómeno coincide com um período de menor crescimento da Europa, o que sugere que a Economia portuguesa é sensível a flutuações da economia europeia, como seria esperado por parte de uma pequena economia relativamente pequena, como Portugal, no mercado europeu (Baptista & Thurik, 2007).

Durante o período de integração na UE, as taxas de propriedade de negócios em Portugal aumentaram significativamente. No entanto, o aumento de negócios teve um impacto na taxa de desemprego menor que o previsto pelo modelo, daí os resíduos positivos apresentados em 1996 e de 2002 em diante (Figura19). Uma possível explicação para este fenómeno está associada a custos de ajustamento que aumentam o intervalo de tempo que existe entre a criação de novas empresas e seus efeitos sobre o crescimento do emprego (Christensen, 1995). O que está de acordo com o resultado encontrado por Baptista *et al.* (2006) que afirmam que, em Portugal, os efeitos positivos sobre o emprego por parte de novas empresas levam mais tempo a fazer-se sentir do que noutros países da OCDE.

O desfasamento verificado pelos resíduos entre causa e efeito, também foi identificado em Portugal, no período após a sua integração na UE, por Conceição *et al.* (2003) que encontraram evidências de que existe uma desfasamento significativo entre o momento da adoção de uma inovação tecnológica ou de um modo organizacional e o momento onde se regista o real o crescimento da empresa.

Este efeito de desfasamento temporal que existe entre o empreendedorismo e a diminuição do desemprego é consistente com a estrutura industrial portuguesa fortemente caracterizada pela predominância de micro e pequenas empresas, uma vez que os pequenos negócios têm um crescimento mais lento. Este fenómeno foi também verificado por Baptista

et al. (2006), que refere mesmo que, em Portugal, o fraco crescimento das pequenas empresas é causado pela “fraca” qualidade das mesmas.

Em conjunto, a persistência de pequenas empresas, a entrada na EU, os fundos de coesão e o desfasamento temporal podem ser a explicação para os valores assimétricos verificados.

Capítulo V – Conclusões

O estudo aborda a relação entre empreendedorismo e desemprego. Ao longo dos primeiros capítulos é feito um ponto de situação de Portugal, nomeadamente analisando a sua evolução económica e caracterizando o desemprego e empreendedorismo nacional. Posteriormente abordou-se a literatura teórica e empírica sobre o tema de modo a esclarecer as relações e os efeitos existentes entre o empreendedorismo e o desemprego. Numa fase final, efetuou-se uma análise empírica para Portugal, no período de 1980 a 2012.

Inicialmente foram apontados os objetivos que o estudo visava responder, através da análise de indicadores estatísticos relativos a Portugal, para o período em análise, e outros pelo desenvolvimento de um estudo empírico para identificar o efeito do empreendedorismo no desemprego. As metas secundárias apontavam principalmente para a caracterização dos dois conceitos em estudo. O desemprego mostrou continuar em crescente aumento, com valores de 15,6% em 2012, e com um forte cariz estrutural. A economia portuguesa demonstra ter uma escassez de emprego. Geograficamente, o desemprego predomina nas regiões Norte, Algarve e Madeira e é constituído essencialmente por indivíduos com menos de 25 anos.

No caso dos empreendedores (trabalhadores por conta própria) portugueses, cerca de 970mil, Portugal detém uma posição muito boa em relação ao resto da EU, sendo o terceiro país com maior taxa de trabalhadores por conta própria. Sendo que apenas o setor agrícola tem uma taxa de autoemprego superior às médias europeias, os restantes setores ficam aquém. No entanto, o setor terciário também se destaca como segundo setor com mais trabalhadores por conta própria. As diferenças do tecido empresarial português permanecem não só a nível de género, existindo um maior número de homens, mas igualmente nos seus níveis de qualificação. Prevalece o primeiro ciclo do ensino básico como a qualificação mais elevada, mas verifica-se uma tendência para a diminuição dos níveis mais baixos e para o aumento do ensino superior. As faculdades têm tido um papel fundamental na divulgação do empreendedorismo e na educação para ele direcionado.

O objetivo principal deste estudo foi atingido por meio empírico e os resultados demonstram existir o efeito “Schumpeter” nas variáveis sob análise, verificando-se, desta forma, a hipótese principal a testar. O empreendedorismo apresenta um efeito negativo sobre a taxa de desemprego. No entanto, o efeito é menor do que o esperado. O aumento das taxas

de propriedade de negócios sugeria uma maior variação sobre o desemprego e, de facto, o modelo apresentou uma taxa de desemprego prevista inferior à taxa efetivamente observada. Estes resultados foram obtidos com um desfasamento de 4 anos, o que significa que existe um atraso entre o empreendedorismo e o seu efeito sobre o desemprego.

O desfasamento em conjunto com as características do tecido empresarial são as principais causas encontradas para os resultados assimétricos entre o modelo e a realidade.

Embora Portugal tenha o terceiro lugar a nível europeu, com a sua percentagem elevada de trabalhadores por conta própria, o seu tecido empresarial continua fortemente caracterizado pela predominância de pequenas e microempresas. Existe uma posse de pequenos negócios muito elevada causada por uma importante necessidade de atividade empresarial, ou seja, a propriedade de negócios surge devido à falta de alternativas que leva a criação do seu próprio emprego. Este fenómeno tende a criar empresários com menores capacidades para o mundo empresarial, ou seja, com menos aptidão do que seria necessário para a criação e sustentabilidade de uma nova empresa. As empresas criadas em Portugal não surgem do aproveitamento de oportunidades de mercado, pelo contrário prevalece um empreendedorismo de “subsistência” ou “necessidade” que não visa diretamente o crescimento. É necessário que o tecido empresarial evolua para aumentar a percentagem de empresas criadas com base no conhecimento, tecnologia e inovação.

Atualmente, já é possível encontrar uma vasta variedade de iniciativas levadas a cabo por universidades e instituições públicas e privadas no sentido de promover uma cultura do empreendedorismo e de apoio ao empreendedor. Estas ações visam o crescimento tecnológico e o incentivo à inovação. O crescimento empresarial apoiado numa base tecnológica e científica pode contribuir para um processo de reestruturação industrial, onde uma maior percentagem de novas empresas tem um papel significativo na redução da taxa de desemprego.

No mesmo sentido, a literatura aponta para a necessidade de políticas que incentivem e apoiem o empreendedorismo na vertente inovadora e de conhecimento, dando lugar ao crescimento económico e uma possível diminuição maior do desemprego. Uma vez que existem outras causas que poderiam explicar a relação entre empreendedorismo e desemprego, fica aqui em aberto a possibilidade de identificar as variáveis que interferem nesta relação. Seria interessante, numa fase posterior, analisar o efeito do empreendedorismo

sobre o crescimento económico em Portugal, uma vez que estes dois conceitos tendem a apresentar uma relação que merece ser investigada.

O estudo revelou uma temática interessante e importante para a economia. Foi sentida alguma dificuldade no acesso a dados mais adequados à estimação, nomeadamente estatísticas para o empreendedorismo como a taxa de propriedade de empresas (*owner business rate*). A literatura teórica sobre o assunto é escassa e dispersa, localizando-se principalmente nos outros estudos empíricos. Foi assim verificado que a temática continua pouco desenvolvida no caso de Portugal.

Referências bibliográficas

1. Acs, Z., Arenius, P., Hay, M. & Minniti, M. (2005), *Global Entrepreneurship Monitor: 2004 Executive Report*, London Business School and Babson College, Wellesley, MA and London, UK.
2. Aguiar, L.F., Alexandre, F. & Pinho M.C. (2010), “O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contra factual”, *NIPE Working Papers* 37/2010, Universidade do Minho.
3. Amaral, J.F. (2006), “O impacto económico da integração de Portugal na Europa”, *Nação & Defesa*, 115, pp. 113-128.
4. Amaral, Luciano (2010), “Portugal, a Grande Recessão e a Europa”, *Relações Internacionais* 27, pp. 83-91.
5. Audretsch, D.B. & Fritsch, M. (1993), “A Note on the Measurement of Entry Rates”, *Papers* 93-5, Bergakademie Freiberg Technical University - Faculty of Economics and Business Administration.
6. Audretsch, D. B. (1995), “Innovation, growth and survival”, *International Journal of Industrial Organization*, vol. 13(4), pp. 441-457.
7. Audretsch, D.B., Carree, M.A. & Thurik, A. R. (2001), “Does entrepreneurship reduce unemployment?”, *Tinbergen Institute discussion paper TI01-074/3*. Erasmus University Rotterdam.
8. Audretsch, D.B. & Thurik, A.R. (2001), “Linking Entrepreneurship to Growth”, *OECD Science, Technology and Industry Working Papers* 2001/2, OECD Publishing.
9. Audretsch, D.B. & Keilbach, M. (2006), “Entrepreneurship, Growth and Restructuring”, *Papers on Entrepreneurship, Growth and Public Policy 2006-13*, Max Planck Institute of Economics.
10. Arora, A. & Nandkumar, A. (2011), “Cash-Out or Flameout! Opportunity Cost and Entrepreneurial Strategy: Theory, and Evidence from the Information Security Industry”, *Management Science*, 57(10), pp. 1844-1860.
11. Banco de Portugal (2009), *A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária*, Departamento de estudos Económicos, Lisboa, Banco de Portugal.

12. Banco de Portugal, *Introdução física do euro*, disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/NotaseMoedas/EuroANossaMoeda/Paginas/Introducaoeuro.aspx>.
13. Banco de Portugal; Ministérios das Finanças; Economia e Emprego; Solidariedade e Segurança Social (2012), “*Evolução recente do Desemprego*”, Relatório, Junho 2012.
14. Baptista, R. & Thurik, R. (2007), “The Relationship between Entrepreneurship and Unemployment: is Portugal an Outlier?”, *Technological Forecasting & Social Change*, 74, pp. 75–89.
15. Baptista, R., Thurik, R. & van Stel, A.J.(2006), “Entrepreneurship, Industrial Restructuring and Unemployment in Portugal”, *Entrepreneurship, Growth, and Innovation, International Studies in Entrepreneurship*, 12, pp. 223-241.
16. Baptista, R. & Preto, M. (2007), “The dynamics of causality between entrepreneurship and unemployment”, *International journal of technology, policy and management*, 7(3), pp. 215-224.
17. Baptista, R., Madruga, P. & Escaria, V. (2008), “Entrepreneurship, Regional Development and Job Creation: the Case of Portugal”, *Papers on Entrepreneurship, Growth and Public Policy 2005-06*, Max Planck Institute of Economics, Entrepreneurship, Growth and Public Policy Group.
18. Baptista, A, Teixeira, M& Portela, J. (2008), “Motivações e obstáculos ao empreendedorismo em Portugal e propostas facilitadoras”, *14º Congresso Nacional da APDR/ 2º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*.
19. Barreto, A. (2002), “*Mudança Social em Portugal 1960/2000*”, Instituto de Ciências social, Universidade de Lisboa.
20. Barros, A.A. & Pereira, C.M. (2008), “Entrepreneurship and Economic Growth: Some Empirical Evidence”, *RAC*, 12 (4), pp. 975-993.
21. Blanchard, O. (2007), “Adjustment within the euro. The difficult case of Portugal”, *Portuguese Economic Journal*, 6 (1), April, pp. 1-21.
22. Blanchflower, D. & Meyer, B.(1994), “A Longitudinal Analysis of Young Entrepreneurs in Australia and the United States”, *Small Business Economics*, 6, pp.1-20.
23. Blanchflower, D.G. (2000), “Self-employment in OECD countries”, *Labour Economics*, 7(5), pp. 471-505.

24. Blau, D. M. (1987), “A Time Series Analysis of Self Employment in the United State“, *Journal of Political Economy*, 95(3), pp. 445-467.
25. Bouba-Olga, O. (2006), “Les nouvelles geographies du capitalisme. Comprendre et maîtriser les délocalisations”, *Économie Humaine*. Éditions du Seuil. Paris.
26. Britto, F. & Wever, L. (2003), *Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus.
27. Bygrave, W. D., Hay, M. & Reynolds, P. D. (2001), *Global Entrepreneurship Monitor 2001 UK Executive Report*, London Business School.
28. Bygrave, W. D. & Crowling M. (2003), *Entrepreneurship and Unemployment: Relationships between unemployment and entrepreneurship in 37 nations participating in the Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2002*, Foundation for Entrepreneurial Management, London Business School.
29. Cantillon, R. (2011), *Essai sur la nature du commerce en général*, Institut Coppet, Paris, Décembre 2011. (Original publicado em 1755).
30. Carree, M., van Stel, A., Thurik, R. & Wennekers, S. (2007), “The relationship between economic development and business ownership revisited”. *Entrepreneurship and Regional Development*, 19 (3), pp. 281–291
31. Carter, N. M., Gartner, W. B., Shaver, K.G. & Gatewood, E.J. (2003). “The career reasons of nascent entrepreneurs”, *Journal of Business Venturing*, pp. 13-31
32. Cavaco Silva, A. (2011), “Cavaco apela ao empreendedorismo para combater desemprego jovem”, TSF Julho 2011. Disponível em: http://www.tsf.pt/paginainicial/AudioeVideo.aspx?content_id=1924708.
33. Caves, R.E. (1998), “Industrial organization and new findings on the turnover and mobility of firms”, *Journal of Economic Literature*, 36, pp. 1947–1982.
34. Centeno, M., Maria, J.R. & Novo, A.A. (2009), “Desemprego: Oferta, procura e instituições”, in *A Economia Português ano Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária*, Departamento de Estudos Económicos, Banco de Portugal, pp. 219-256.
35. Comissão Europeia (2003), *Livro Verde: Espírito Empresarial na Europa*, Comissão das Comunidades Europeias. Disponível em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003_0027pt01.pdf.

36. Comissão Europeia (2013), “Declaração da CE, do BCE do FMI sobre as oitava e nona missões de avaliação em Portugal”, Memo13/850, Bruxelas, 3 outubro 2013.
37. Degen, R. (1989), *O Empreendedor – fundamentos da iniciativa empresarial*, 8ª Edição, McGraw-Hill.
38. Dias, A. L.T., (2012), “Desigualdades de género no mercado de trabalho português”, *VII Congresso de Sociologia Portuguesa*, CESNOVA – FCSH/UNL.
39. Dias, M. C& Varejão, J. (2012), *Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de emprego*, Relatório final, Faculdade de economia do Porto.
40. Dornelas, A. (2003), *Empreendedorismo Corporativo: Como ser empreendedor, Inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas*, Rio de Janeiro: Editora Campus.
41. Dunne, T, Roberts, M.J. & Samuelson, L. (1988), “Patterns of firm entry and exit in U.S. manufacturing industries”, *The RAND Journal of Economics*, 19(4), pp. 495–515.
42. Drucker, P.F. (1986), *Innovation and Entrepreneurship*, London: Heinemann.
43. Eurostat (2013), *European Union Labour force survey - Annual results 2012*, Issue number 14/2013.
44. Evans, D. S. (1987), “The relationship between firm growth, size and age: estimates for 100 manufacturing industries”, *Journal of Industrial Economics*, 35, pp.567–581.
45. Evans, D. S. & Jovanovic, B. (1989). “Estimates of a model of entrepreneurial choice under liquidity constraints”, *Journal of Political Economy*, 97(3), pp. 657–674.
46. Evans, D. S. & Leighton, L. (1990), “Small Business Formation by Unemployed and Employed Workers”, *Small Business Economics*, 2(4), pp. 319-330.
47. Faria, J.R., Cuestas, J.C. & Gil-Alana, L.A. (2009), “Unemployment and entrepreneurship: A cyclical relation?”, *Economics Letters*, 105(3), pp. 318-320.
48. Ferreira, J. R. (2002), *Transversalizando a Ética no Ensino, Pesquisa e Construção da Cidadania*, Goiânia: Proluz.
49. Ferreira, M., Santos, J. & Serra, F. (2008), *Ser Empreendedor – Pensar, Criar e Moldar a Nova Empresa*, Lisboa: Edições Sílabo.

50. Garofoloi, G. (1994), “New Firm Formation and Regional Development: The Italian Case”, *Regional Studies*, 28(4), pp. 381-394.
51. Gartner, W. B. (2001), “Is There an Elephant in Entrepreneurship? Blind Assumptions in Theory Development”, *Entrepreneurship Theory and Practice*, 25 (4), pp. 27-39.
52. Gaspar, F. C. (2007), “The importance of entrepreneurship and the situation in Portugal”, *Proceedings of the IASK International Conference Global Management*, Faro.
53. Geroski, P. A. (1995), “What do we know about entry?”, *International Journal of Industrial Organization* 13, pp. 421–440.
54. Guimarães, P. (2009), “Políticas públicas de educação de adultos em Portugal: diversos sentidos para o direito à educação?”, Braga, Universidade do Minho.
55. Hall, B H. (1987), “The relationship between firm size and firm growth in the U.S. manufacturing sector”, *Journal of Industrial Economics*, 35, pp. 583–605.
56. Hart, P.E. & Oulton, N. (1999), “Gibrat, Galton and job generation”, *International Journal of the Economics of Business*, 6, pp. 149–164.
57. Hisrich, R. D. & Peters, M. P. (2004), *Empreendedorismo*, 5ª edição, Porto Alegre: Bookman.
58. Hull, D. L., Bosley, J. J. & Udell, G. G. (1980), “Identifying potential entrepreneurs by personality characteristics”, *Journal of Small Business Management*, 18 (I), 1-18.
59. Instituto Nacional de Estatística (2011a), *Estatísticas do turismo 2010*, Lisboa.
60. Instituto Nacional de Estatística (2011b), *Censos 2011 – Relatório Preliminar*, Destaque, Lisboa.
61. Instituto Nacional de Estatística (2012), *Evolução do Setor Empresarial em Portugal, 2004-2010*, Lisboa.
62. Instituto Nacional de Estatística (2013), *Estatísticas do Emprego 2013*, 2ª edição, Lisboa.
63. International Labour Office (2012), *Global Employment Trends 2012*, Genebra: ILO.

64. Katz, L. & Krueger, A. (1999), "The High-pressure U.S. Labor Market of the 1990s", *Working Papers 795*, Princeton University, Department of Economics, Industrial Relations Section.
65. Kelley, D., Bosma, N. & Amorós, J. (2011), "Global Entrepreneurship Monitor: 2010 Global Report", Global Entrepreneurship Research Association (GERA).
66. Knight, F. H. (1921), *Risk, Uncertainty and Profit*, New York: Houghton Mifflin.
67. Knight, K. (1967), "A descriptive model of the intra-firm innovation process", *Journal of Business of the University of Chicago*, 40(4), pp. 478-496.
68. Lasch, F., Gundolf, K. & Kraus, S. (2007), "The impact of unemployment on entrepreneurship: empirical evidence from France", *International Journal of Business Research*.
69. Lezana, A. G. R. & Tonelli, A. (1998), "O comportamento do empreendedor", in Mori, F. (Org.) *Empreender: identificando, avaliando e planejando um novo negócio*, Florianópolis: Escola de Novos Empreendedores.
70. Lin, Zhengxi, Manser, Marilyn E. & Picot, Garnett, (1998), "The Role of Self-Employment in Job Creation in Canada and the U.S.", OECD-CERF-CILN International Conference on Self-Employment, Burlington.
71. Lopes, J.S. (2008), "*Challenges Ahead for the Portuguese Economy*", Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
72. Low, M. & MacMillan, I.C. (1988), "Entrepreneurship: Past Research and Future Challenges", *Journal of Management*, 14, pp. 139-161.
73. Mamede, R.P., Rodrigues, J., Teles, N. & Cabral, R. (2013), "Portugal no Contexto Europeu", *Conferência Economia Portuguesa: Propostas com Futuro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 16 de Fevereiro de 2013.
74. Mateus, A. (2010), "Desenvolvimento da Economia Portuguesa", *Relatórios CGD*, N.º1, Gabinete de Estudos, CGD.
75. Mateus, A. (2013), *25 Anos de Portugal Europeu*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (AM&A), Guide – Artes Gráficas.
76. McClelland, D.C. (1961), *The Achieving Society*, Free Press, New York.

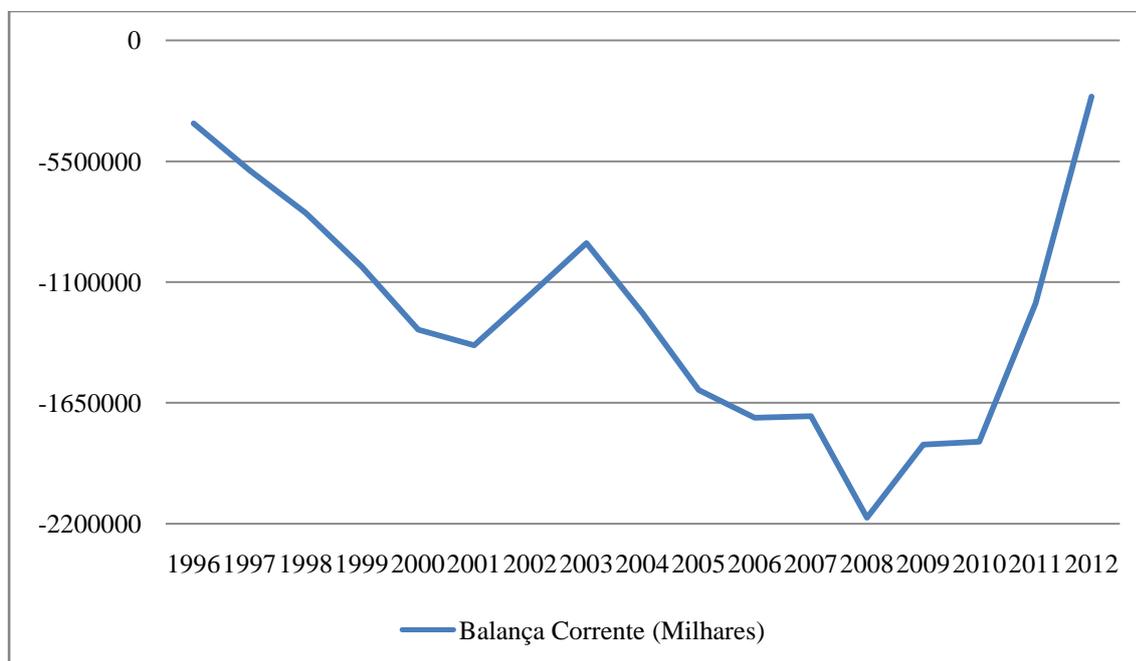
77. Mota, J., Lopes, L. & Antunes, M. (2010), “A economia global e a crise da dívida soberana na União Europeia: a situação de Portugal e Espanha”, *Indicadores Económico FEE*, 38 (2), pp. 83-98.
78. Nunes, M. (1985), “No centenário do nascimento de Schumpeter: a atualidade do seu pensamento”, In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe das Letras, Tomo XXIV, pp. 119 – 132.
79. OECD (2001), *Science, Technology and Industry Outlook, Drivers of Growth: Information Technology, Innovation and Entrepreneurship*, Paris.
80. OPEP - Organization of the Petroleum Exporting Countries, *Brief History*, Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm.
81. Paker, S. (2006), *The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship*, Cambridge University Press (July 31, 2006).
82. Pfeiffer, F. & Reize, F. (2000), “From Unemployment to Self-Employment - Public Promotion and Selectivity”, *International Journal of Sociology*, 30(3), pp.71-99.
83. Pimpão, A.B.D. (2011), *A formação superior em empreendedorismo em Portugal: mapeamento e análise comparativa*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa.
84. Pinho, M. C. (2010), *E se Portugal não tivesse aderido à União Económica e Monetária?*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho. Disponível em: http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/economiaportuguesa/docs/pinho_2010.pdf.
85. Pordata: Base de Dados Portugal Contemporâneo (2013), Fundação Francisco Manuel dos Santos, consultado Janeiro em 2013, disponível em: <http://www.pordata.pt>.
86. Portela, J., Hespanha, P., Nogueira, C., Teixeira, M. S.& Baptista, A. (2008), *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*, Lisboa: Incoop.
87. Redford, D. (2007), *Educação do Empreendedorismo em Portugal*, Universidade Católica.
88. Santos, G.P.G. (2008), “Unemployment, informality and precariousness: the labor market situation in Brazil after 1990”, *Pro-Posições*, 19, n. 2, pp 151-161.
89. Sarkar, S. (2007), *Empreendedorismo e Inovação*, Lisboa: Escolar Editora.
90. Say, J. (1816), *A treatise on political economy*, London: Sherwood, Neeley and Jones.

91. Schumpeter, J. (1935), *Théorie de l'évolution Economique*, Editions Dalloz (traduction de la deuxième édition de *Théorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, 1926).
92. Schumpeter, J. A.(1950),*Capitalism, Socialism, and Democracy*, 3rd edition, New York: Harper and Row.
93. Shane, S., Venkataraman, S. (2000), “The promise of entrepreneurship as a field of research”, *Academy of Management Review*, 25, n.1, pp.217-226.
94. Sutton, J., (1997), “Gibrat's legacy”, *Journal of Economic Literature*, 35, pp. 40–59.
95. Teichgraber, M. (2013), *European Union Labour force survey - annual results 2012*, Statistics in focus 14/2013.
96. Teixeira, J.F. (1999), “Conhecimento, tecnologia e organização: evolução, conflitos e perspectivas”, *Boletim Técnico do Senac*,25 (3).
97. Thurik, A.R. (2003),Entrepreneurship and unemployment in the UK, *Scottish Journal of Political Economy*, 50(3), pp. 264-290
98. Thurik,R., Verheul, I., Baljeu, L.&Van Stel, A.J.(2007),“The Relationship between Entrepreneurship and Unemployment in Japan“, *Tinbergen Institute discussion paper* TI-080/3.
99. Thurik, A. R. & Verheul, I. (2003), “The relationship between entrepreneurship and unemployment: the case of Spain“, In Urbano, D.*et al.* (eds.), *Entrepreneurship (Creacion de Empresas)*. Barcelona : Servi de Publicacions de la UAB, pp. 521-547.
100. Timmons, J. A. (1978), “Characteristics and Role Demands of Entrepreneurship”, *American Journal of Small Business*, 3, pp.5-17.
101. Timmons, J. A. (1989), *The entrepreneurial mind*, Brick House, Andover.
102. Turismo de Portugal (2013),“Algarve conjuntura turística”, *Turismo do Algarve-Boletim trimestral*, edição especial, n.º 0.
103. Van Stel, A. (2003),“COMPENDIA 2000.2: a harmonized data set of business ownership rates in 23 OECD countries”, *Scales Research Reports H200302*, EIM Business and Policy Research.

104. Van Stel, A. (2004), “COMPENDIA: Harmonizing business ownership data across countries and over time” *Scales Research Reports N200413*, EIM Business and Policy Research.
105. Van Stel, A. (2005), “COMPENDIA: harmonizing business ownership data across countries and over time”, *International Entrepreneurship and Management Journal*, 1 (1), pp. 105–123.
106. Van Stel, A.J, Thurik,R., Verheul, I. & Baljeu, L. (2007),“The Relationship between Entrepreneurship and Unemployment in Japan”, *Tinbergen Institute Discussion Papers 07-080/3*, Tinbergen Institute.
107. Van Stel, A., Hartog, C. & Cieslik, J. (2010), “Measuring Business Ownership Across Countries and Over Time: Extending the COMPENDIA Data Base”, *Scales Research Reports H201019*, EIM Business and Policy Research.
108. Villemus, P. (2007), *As Deslocalizações de Empresas, ainda teremos emprego amanhã?*, Edições ASA. Lisboa.
109. Wooldridge, J.M. (2012), *Introductory Econometrics: A Modern Approach*, 5edição. South-western Cengage Learning, Mason, USA Cap – 12.

Anexos

Anexo 1 – Balança Conta Corrente de Portugal, entre 1996-2012



Anexo 1a: Gráfico da Balança Conta Corrente de Portugal (em milhares)

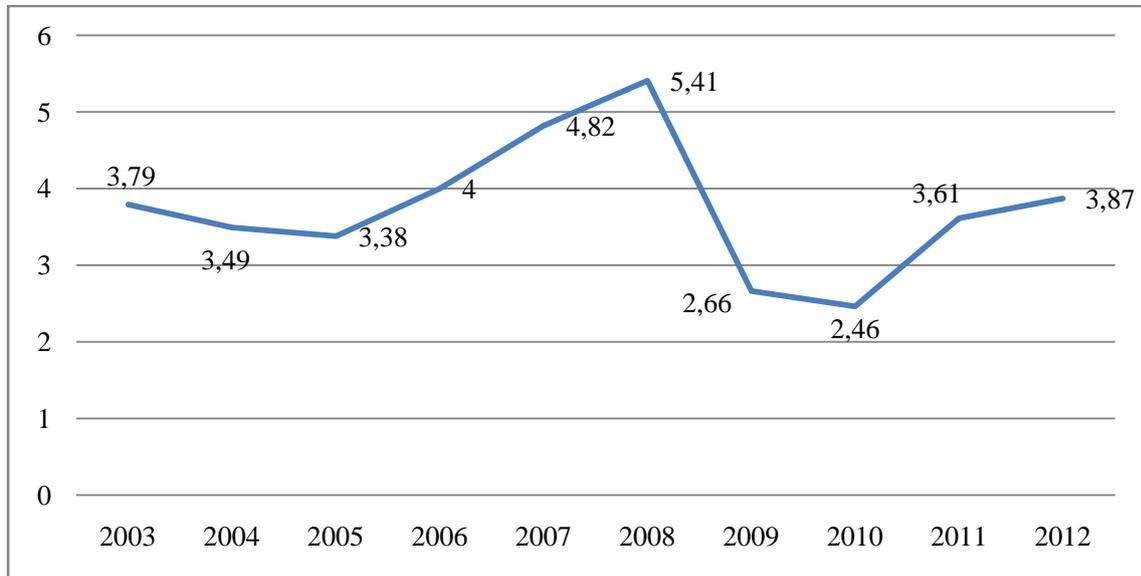
Fonte: Banco de Portugal - Estatísticas de Balança de Pagamentos (2012)

Ano	Balança Corrente (Milhares)
	Total
1996	-3783164
1997	-5923101
1998	-7859360
1999	-10311939
2000	-13167920
2001	-13878657
2002	-11574116
2003	-9230198
2004	-12432534
2005	-15924395
2006	-17186918
2007	-17105064
2008	-21735992
2009	-18402241
2010	-18269258
2011	-11982685
2012	-2557014

Anexo 1b: Tabela dos valores da Balança Conta Corrente para Portugal (em milhares)

Fonte: Banco de Portugal - Estatísticas de Balança de Pagamentos (2012)

Anexo 2 – Taxa de Juro do Crédito Habitação, entre 2003-2012



Anexo 2: Gráfico da Taxa de Juro do Crédito Habitação

Fonte: Pordata (2013)

Anexo 3: Dados utilizados na Estimação Econométrica

Desfasamento L=2

Ano	Taxa de Autoemprego	Taxa de Desemprego	E-2	U-2	E-4	U-4	E-(E-2)	U-(U-2)	(E-2)-(E-4)	(U-2)-(U-4)
1980	32,4	6,7								
1981	32,3	7,1								
1982	30,4	6,3	32,4	6,7						
1983	31,3	7,6	32,3	7,1						
1984	32,5	8,4	30,4	6,3	32,4	6,7	2,1	2,1	-2,0	-0,4
1985	32,3	8,6	31,3	7,6	32,3	7,1	1,0	1,0	-1,0	0,5
1986	31,1	8,6	32,5	8,4	30,4	6,3	-1,4	0,2	2,1	2,1
1987	31,9	7,2	32,3	8,6	31,3	7,6	-0,4	-1,4	1,0	1,0
1988	30,9	5,8	31,1	8,6	32,5	8,4	-0,2	-2,8	-1,4	0,2
1989	30,0	5,1	31,9	7,2	32,3	8,6	-1,9	-2,1	-0,4	-1,4
1990	28,8	4,7	30,9	5,8	31,1	8,6	-2,1	-1,1	-0,2	-2,8
1991	30,3	4,3	30,0	5,1	31,9	7,2	0,3	-0,8	-1,9	-2,1
1992	25,6	4,1	28,8	4,7	30,9	5,8	-3,2	-0,6	-2,1	-1,1
1993	25,8	5,5	30,3	4,3	30,0	5,1	-4,5	1,2	0,3	-0,8
1994	27,3	6,9	25,6	4,1	28,8	4,7	1,7	2,8	-3,2	-0,6
1995	27,7	7,2	25,8	5,5	30,3	4,3	1,9	1,7	-4,5	1,2
1996	28,4	7,3	27,3	6,9	25,6	4,1	1,1	0,4	1,7	2,8
1997	28,4	6,9	27,7	7,2	25,8	5,5	0,7	-0,3	1,9	1,7
1998	28,2	4,9	28,4	7,3	27,3	6,9	-0,2	-2,4	1,1	0,4
1999	26,8	4,4	28,4	6,9	27,7	7,2	-1,6	-2,5	0,7	-0,3
2000	25,9	3,9	28,2	4,9	28,4	7,3	-2,3	-1,0	-0,2	-2,4
2001	27,8	4,0	26,8	4,4	28,4	6,9	1,0	-0,4	-1,6	-2,5
2002	27,4	5,0	25,9	3,9	28,2	4,9	1,5	1,1	-2,3	-1,0
2003	27,2	6,3	27,8	4,0	26,8	4,4	-0,6	2,3	1,0	-0,4
2004	25,9	6,7	27,4	5,0	25,9	3,9	-1,5	1,7	1,5	1,1
2005	25,5	7,6	27,2	6,3	27,8	4,0	-1,7	1,3	-0,6	2,3
2006	24,4	7,7	25,9	6,7	27,4	5,0	-1,5	1,0	-1,5	1,7
2007	24,5	8,0	25,5	7,6	27,2	6,3	-1,0	0,4	-1,7	1,3
2008	24,0	7,6	24,4	7,7	25,9	6,7	-0,4	-0,1	-1,5	1,0
2009	23,7	9,5	24,5	8,0	25,5	7,6	-0,8	1,5	-1,0	0,4
2010	22,8	10,8	24,0	7,6	24,4	7,7	-1,2	3,2	-0,4	-0,1
2011	21,1	12,7	23,7	9,5	24,5	8,0	-2,6	3,2	-0,8	1,5
2012	21,9	15,6	22,8	10,8	24,0	7,6	-0,9	4,8	-1,2	3,2

Fonte: Elaboração própria através de dados do INE (2012).

Desfasamento L=4

Ano	Taxa de Autoemprego	Taxa de Desemprego	E-4	U-4	E-8	U-8	E-(E-4)	U-(U-4)	(E-4)-(E-8)	(U-4)-(U-8)
1980	32,4	6,7								
1981	32,3	7,1								
1982	30,4	6,3								
1983	31,3	7,6								
1984	32,5	8,4	32,4	6,7						
1985	32,3	8,6	32,3	7,1						
1986	31,1	8,6	30,4	6,3						
1987	31,9	7,2	31,3	7,6						
1988	30,9	5,8	32,5	8,4	32,4	6,7	-1,6	-2,6	0,1	1,7
1989	30,0	5,1	32,3	8,6	32,3	7,1	-2,3	-3,5	0,0	1,5
1990	28,8	4,7	31,1	8,6	30,4	6,3	-2,3	-3,9	0,7	2,3
1991	30,3	4,3	31,9	7,2	31,3	7,6	-1,6	-2,9	0,6	-0,4
1992	25,6	4,1	30,9	5,8	32,5	8,4	-5,3	-1,7	-1,6	-2,6
1993	25,8	5,5	30,0	5,1	32,3	8,6	-4,2	0,4	-2,3	-3,5
1994	27,3	6,9	28,8	4,7	31,1	8,6	-1,5	2,2	-2,3	-3,9
1995	27,7	7,2	30,3	4,3	31,9	7,2	-2,6	2,9	-1,6	-2,9
1996	28,4	7,3	25,6	4,1	30,9	5,8	2,8	3,2	-5,3	-1,7
1997	28,4	6,9	25,8	5,5	30,0	5,1	2,6	1,4	-4,2	0,4
1998	28,2	4,9	27,3	6,9	28,8	4,7	0,9	-2,0	-1,5	2,2
1999	26,8	4,4	27,7	7,2	30,3	4,3	-0,9	-2,8	-2,6	2,9
2000	25,9	3,9	28,4	7,3	25,6	4,1	-2,5	-3,4	2,8	3,2
2001	27,8	4,0	28,4	6,9	25,8	5,5	-0,6	-2,9	2,6	1,4
2002	27,4	5,0	28,2	4,9	27,3	6,9	-0,8	0,1	0,9	-2,0
2003	27,2	6,3	26,8	4,4	27,7	7,2	0,4	1,9	-0,9	-2,8
2004	25,9	6,7	25,9	3,9	28,4	7,3	0,0	2,8	-2,5	-3,4
2005	25,5	7,6	27,8	4,0	28,4	6,9	-2,3	3,6	-0,6	-2,9
2006	24,4	7,7	27,4	5,0	28,2	4,9	-3,0	2,7	-0,8	0,1
2007	24,5	8,0	27,2	6,3	26,8	4,4	-2,7	1,7	0,4	1,9
2008	24,0	7,6	25,9	6,7	25,9	3,9	-1,9	0,9	0,0	2,8
2009	23,7	9,5	25,5	7,6	27,8	4,0	-1,8	1,9	-2,3	3,6
2010	22,8	10,8	24,4	7,7	27,4	5,0	-1,6	3,1	-3,0	2,7
2011	21,1	12,7	24,5	8,0	27,2	6,3	-3,4	4,7	-2,7	1,7
2012	21,9	15,6	24,0	7,6	25,9	6,7	-2,1	8,0	-1,9	0,9

Fonte: Elaboração própria através de dados do INE (2012).

Anexo4: Resultados da Estimação Econométrica

Desfasamento L=2

Equação (1): MQP, usando as observações 1984-2012 (T = 29)

Variável dependente: Taxa de Desemprego

Variável usada como peso: Taxa de Empreendedorismo

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	
Const	0,0380917	0,335623	0,1135	0,91051	
B	-0,430085	0,201141	-2,1382	0,04206	**
Δ	0,522036	0,203912	2,5601	0,01662	**

Estatísticas baseadas nos dados ponderados:

Soma resíd. quadrados	1928,000	E.P. da regressão	8,611262
R-quadrado	0,254010	R-quadrado ajustado	0,196626
F(2, 26)	4,426510	valor P(F)	0,022158
Log. da verosimilhança	-102,0049	Critério de Akaike	210,0098
Critério de Schwarz	214,1117	Critério Hannan-Quinn	211,2944
Rho	0,582082	Durbin-Watson	0,823398

Equação (2): MQP, usando as observações 1984-2012 (T = 29)

Variável dependente: Taxa de Empreendedorismo

Variável usada como peso: Taxa de Desemprego

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	
Const	-0,891602	0,333312	-2,6750	0,01275	**
Γ	0,06094	0,187583	0,3249	0,74788	
M	-0,334751	0,186039	-1,7994	0,08358	*

Estatísticas baseadas nos dados ponderados:

Soma resíd. quadrados	414,4343	E.P. da regressão	3,992466
R-quadrado	0,110754	R-quadrado ajustado	0,042351
F(2, 26)	1,619131	valor P(F)	0,217412
Log. da verosimilhança	-79,71369	Critério de Akaike	165,4274
Critério de Schwarz	169,5293	Critério Hannan-Quinn	166,7120
Rho	0,408017	Durbin-Watson	1,095300

Desfasamento L=4

Equação (1): MQP, usando as observações 1988-2012 (T = 25)

Variável dependente: Taxa de Desemprego

Variável usada como peso: Taxa de Empreendedorismo

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	
const	-0,389802	0,594871	-0,6553	0,51909	
β	-0,787337	0,277731	-2,8349	0,00964	***
δ	-0,256457	0,218573	-1,1733	0,25321	

Estatísticas baseadas nos dados ponderados:

Soma resíd. quadrados	3779,166	E.P. da regressão	13,10650
R-quadrado	0,354850	R-quadrado ajustado	0,296200
F(2, 22)	6,050292	valor P(F)	0,008059
Log. da verosimilhança	-98,20325	Crítério de Akaike	202,4065
Crítério de Schwarz	206,0631	Crítério Hannan-Quinn	203,4207
rho	0,958866	Durbin-Watson	0,367280

Equação (2): MQP, usando as observações 1988-2012 (T = 25)

Variável dependente: Taxa de Empreendedorismo

Variável usada como peso: Taxa de Desemprego

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	
const	-2,12575	0,458148	-4,6399	0,00013	***
γ	-0,0178143	0,146919	-0,1213	0,90459	
μ	-0,371753	0,201959	-1,8407	0,07919	*

Estatísticas baseadas nos dados ponderados:

Soma resíd. quadrados	455,3611	E.P. da regressão	4,549531
R-quadrado	0,139457	R-quadrado ajustado	0,061226
F(2, 22)	1,782625	valor P(F)	0,191646
Log. da verosimilhança	-71,75115	Crítério de Akaike	149,5023
Crítério de Schwarz	153,1589	Crítério Hannan-Quinn	150,5165
rho	0,542210	Durbin-Watson	0,911391

Desfasamento L=6Equação (1): MQP, usando as observações 1992-2012 (T = 21)

Variável dependente: Taxa de Desemprego

Variável usada como peso: Taxa de Empreendedorismo

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	
const	1,73577	0,853493	2,0337	0,05699	*
β	0,417734	0,345083	1,2105	0,24173	
δ	-0,33699	0,270007	-1,2481	0,22799	

Estatísticas baseadas nos dados ponderados:

Soma resíd. quadrados	4283,358	E.P. da regressão	15,42609
R-quadrado	0,117201	R-quadrado ajustado	0,019112
F(2, 18)	1,194845	valor P(F)	0,325654
Log. da verosimilhança	-85,63639	Critério de Akaike	177,2728
Critério de Schwarz	180,4064	Critério Hannan-Quinn	177,9529
rho	0,988488	Durbin-Watson	0,233279